

RELATÓRIO ANUAL

GMF/TJMG - 2025



SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO GMF.....	3
ESTRUTURA FUNCIONAL.....	5
APRESENTAÇÃO.....	6
SISTEMA PRISIONAL – PAINEL ESTATÍSTICO BNMP 3.0.....	7
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E NÃO CONCEDIDOS – SEEU.....	9
MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	10
ESTATÍSTICAS DA EXECUÇÃO PENAL.....	11
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS.....	12
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES EM UNIDADES E PROGRAMAS SOCIOEDUCATIVOS.....	13
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA.....	15
POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE E VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL.....	16
LOTAÇÃO DAS APACS DE MINAS GERAIS.....	17
LOTAÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MINAS GERAIS.....	18
MONITORAMENTO ELETRÔNICO.....	19
PRESOS ESTRANGEIROS.....	20
GESTANTES E LACTANTES.....	21
DADOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI.....	22
TRAMITAÇÃO DE DENÚNCIAS – SEI.....	23
VISITAS DE INSPEÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL.....	24
VISITAS DE INSPEÇÃO NAS APACS.....	25
VISITAS DE INSPEÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.....	26
COOPERAÇÃO JUDICIAL.....	27
REUNIÕES INSTITUCIONAIS.....	29
ATOS NORMATIVOS.....	40
PUBLICAÇÕES.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101

COMPOSIÇÃO DO GMF

Supervisão e Coordenação

Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, Superintendente e Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo.

Desembargadora Márcia Maria Milanez, Coordenadora-Geral do eixo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário – PAI-PJ.

Desembargador Antônio Carlos Cruvinel, Coordenador-Geral do eixo Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC.

Juíza de Direito Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy, Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo.

Juiz de Direito Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira, Coordenador-Adjunto do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo.

Juiz de Direito José Roberto Poiani, Coordenador-Executivo do Sistema Socioeducativo e integrante da Coordenadoria da Infância e da Juventude – COINJ.

Juiz de Direito Consuelo Silveira Neto, Coordenador-Executivo do eixo Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC.

Juiz de Direito Afrânio José Fonseca Nardy, Coordenador-Executivo do eixo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário - PAI-PJ.

Juíza Auxiliar da Corregedoria Andréa Cristina de Miranda Costa.

Juiz Auxiliar da Presidência Marcelo Rodrigues Fioravante, Coordenador-Executivo da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional – PAPE-SISPRI.

COMPOSIÇÃO DO GMF

Colaboradores

Juíza de Direito Sophia Goreti Rocha Machado, titular da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Lagoa da Prata.

Juíza de Direito Cibele Mourão Barroso de Figueiredo Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Vespasiano.

Juiz de Direito Francisco de Assis Corrêa, titular da Vara de Execuções Penais e de Precatórias Criminais da Comarca de Divinópolis.

Juiz de Direito Daniel Dourado Pacheco, titular da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Belo Horizonte.

Juiz de Direito Ademir Bernardes de Araújo Filho, titular da 1ª Vara Criminal, de Precatórias Criminais e de Execução Penal da Comarca de Passos.

Juiz de Direito Evaldo Elias Penna Gavazza, titular da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Juiz de Fora.

Juiz de Direito Antônio Fortes de Pádua Neto, titular da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Precatórias Criminais da Comarca de Pará de Minas.

Juíza de Direito Naiara Leão Rodrigues Saldanha, titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Igarapé.

Juíza de Direito Fernanda Rodrigues Guimarães Andrade Mascarenhas, titular da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Mariana.

Sociedade Civil

Carolayne Reis Barros, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

ESTRUTURA FUNCIONAL

A estrutura funcional do GMF/TJ conta atualmente com servidores efetivos, assessores e colaboradores.

Atuação junto à Supervisão e Coordenação do GMF:

Ana Beatriz da Silva Magalhães; Ana Clara Saraiva Melo; Bruna Rafaele Azevedo; Douglas Rodrigo Rosa; Eduarda Resende Costa; Edina Raimunda Crispiniano; Eliane Aparecida Chaves Melo; Gabrielle Pereira Soares; Gyovanna Raissa Soares Barbosa; João Gabriel Bicalho Almeida; Josias Candido da Silva Júnior; Junia Natividade Duarte Gomes de Almeida; Lucas Letro; Luíza de Castro Soares; Raissa Ribeiro da Mata; e Sabryna Saraiva Gomes.

Atuação junto ao eixo PAI-PJ:

Adette Batista Franco; Alessandra Bustamante; Ana Beatriz Pinheiro de Oliveira; Ana Laura de Almeida Mattos; Ana Paula de Carvalho Villela Portella; André Teixeira de Carvalho; Antoninha de Paula Azevedo; Caike Brener da Silva; Camila Lopes Moreira; Carlos Gonçalves Damasceno; Christiane Maria Moreira; Claudemy Correia dos Santos; Claudia Mary Costa e Neves; Danielle Ruth Bauer Louro de Oliveira; Douglas Goncalves Diogo; Fernanda Otoni de Barros Brisset; Gabriel Henrique Teixeira do Carmo; Gabriela Rodrigues Mansur de Castro; Gladys Pedrosa Teixeira; João Homem Ribeiro; Karen Tângari Cuellar; Kelen Cristina Silva; Larissa Alexandra de Sá Teixeira; Liliane Camargos; Lizziani Teixeira Pedrosa Pimenta; Márcia da Silva Anunciação Lazarino; Maria Cristina Leite Cabral; Maria Luiza da Silva; Maria Teresa Caetano de Medeiros; Marina Lúcia Araújo Alló Martelleto; Nivia Pimentel Teixeira; Patrícia Juliana Guimarães; Rafaela Aparecida Andrade Parreiras; Raimundo Carlos Gomes Malta; Romina Moreira de Magalhães Gomes; Rosangela Dell Amore Dias Scarpelli; Santuza Generoso Thomaz; Silvania Maria da Silva Rosa; Simone Braga Ribeiro; Sueli Angela Bauer; Vanessa do Nascimento Simim e Wagner Lucio de Almeida.

APRESENTAÇÃO

Este Relatório Anual apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (GMF/TJMG) em 2025, além de dados estratégicos sobre os sistemas prisional e socioeducativo no Estado.

As informações foram extraídas de sistemas oficiais do Conselho Nacional de Justiça: Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 3.0), Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP) e Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS). O documento também utiliza dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP/MG) e registros do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Os principais temas abordados são: população privada de liberdade (presos provisórios e condenados); benefícios concedidos e não concedidos; medidas de segurança; inspeções em estabelecimentos prisionais e unidades socioeducativas; mandados de prisão; audiências de custódia; vagas nos sistemas prisional e socioeducativo; monitoramento eletrônico; presos estrangeiros; e mulheres gestantes e lactantes sob custódia estatal.

Os dados refletem as informações inseridas nos sistemas pelos usuários responsáveis por sua alimentação. Eventuais inconsistências, omissões ou erros de registro podem gerar distorções em relação à realidade. As informações consolidadas decorrem dos relatórios gerenciais mensais do processo SEI nº 0047689-32.2025.8.13.0000.

O relatório também registra as atividades institucionais extraordinárias coordenadas ou acompanhadas pelo GMF: mutirões, inspeções, ações de cooperação judicial, reuniões interinstitucionais e tramitação de procedimentos administrativos.

Por fim, o documento evidencia a atuação do GMF na elaboração, acompanhamento e monitoramento do Plano Pena Justa – MG, demonstrando o compromisso institucional com o aprimoramento da execução penal e do sistema socioeducativo, mediante ações orientadas pela legalidade, proteção dos direitos fundamentais e efetividade da Justiça Criminal em Minas Gerais.

SISTEMA PRISIONAL - PAINEL ESTATÍSTICO BNMP 3.0

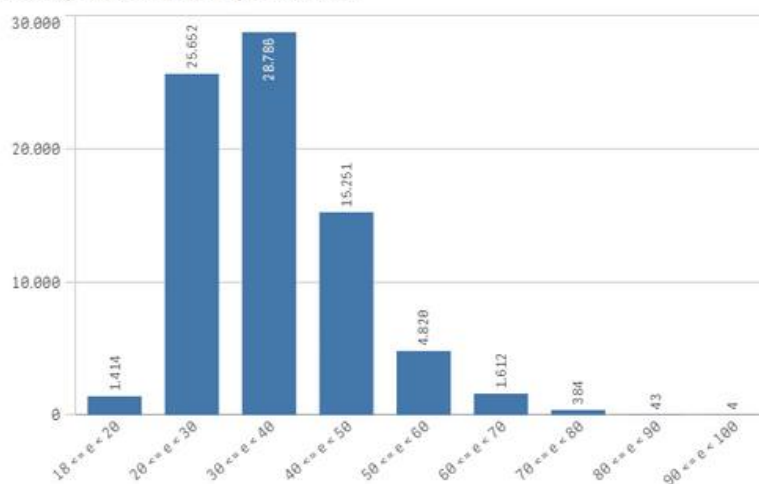
Os dados deste painel foram extraídos do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 3.0 e retratam a situação do sistema prisional de Minas Gerais até 29 de janeiro de 2026.

O BNMP 3.0 é ferramenta essencial para acompanhar a população privada de liberdade, monitorar mandados de prisão, verificar a situação processual dos custodiados e analisar a dinâmica prisional, visando aprimorar a gestão e a atuação jurisdicional.

As informações correspondem aos registros lançados pelos órgãos competentes e podem conter inconsistências decorrentes de falhas ou atrasos na alimentação dos dados.



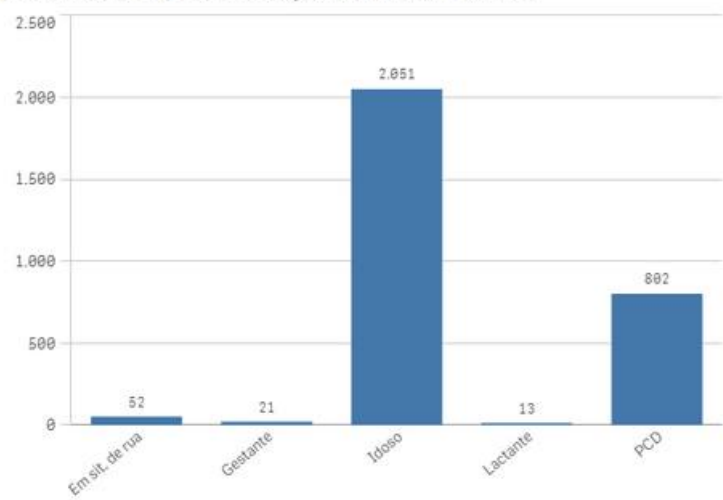
Pessoas privadas de liberdade por faixa etária



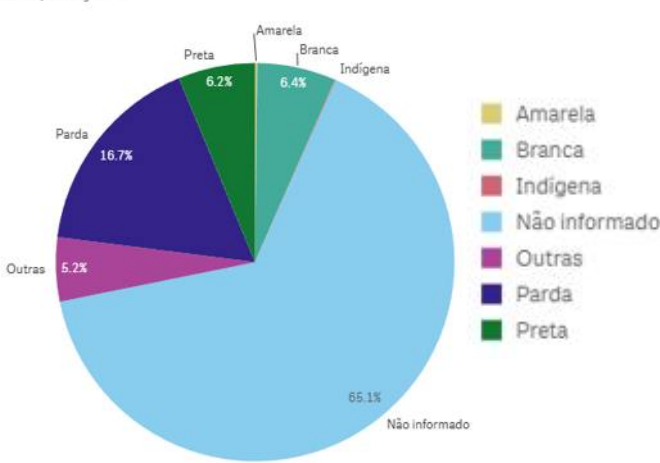
Obs.: valores em 29.01.2026.

SISTEMA PRISIONAL - PAINEL ESTATÍSTICO BNMP 3.0

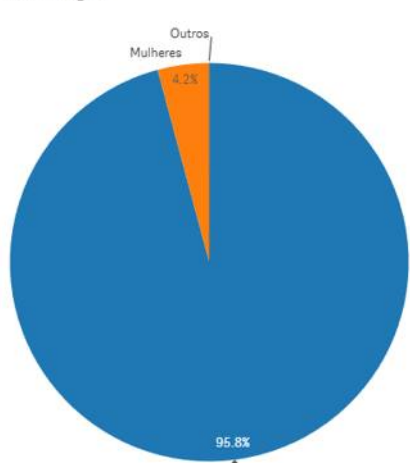
Pessoas privadas de liberdade em situação de vulnerabilidade acrescida



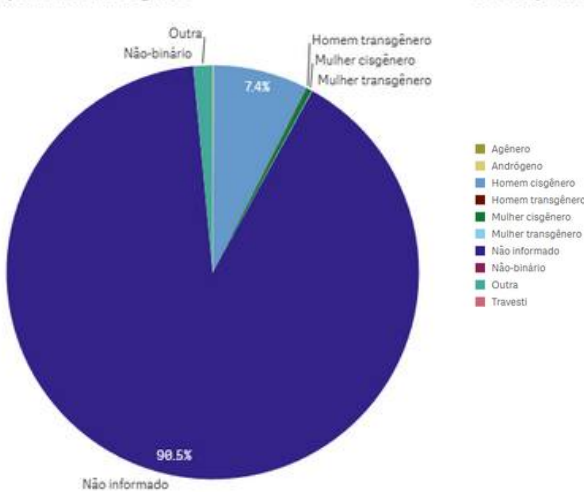
Pessoas privadas de liberdade por raça/cor



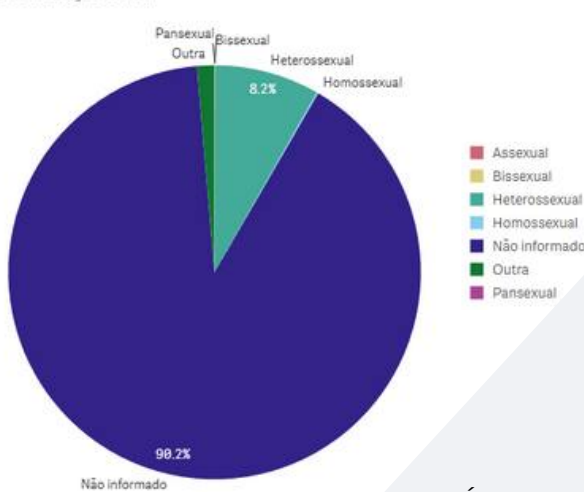
Pessoas privadas de liberdade por sexo biológico



Pessoas privadas de liberdade por identidade de gênero



Pessoas privadas de liberdade por orientação sexual



Obs.: valores em 29.01.2026.

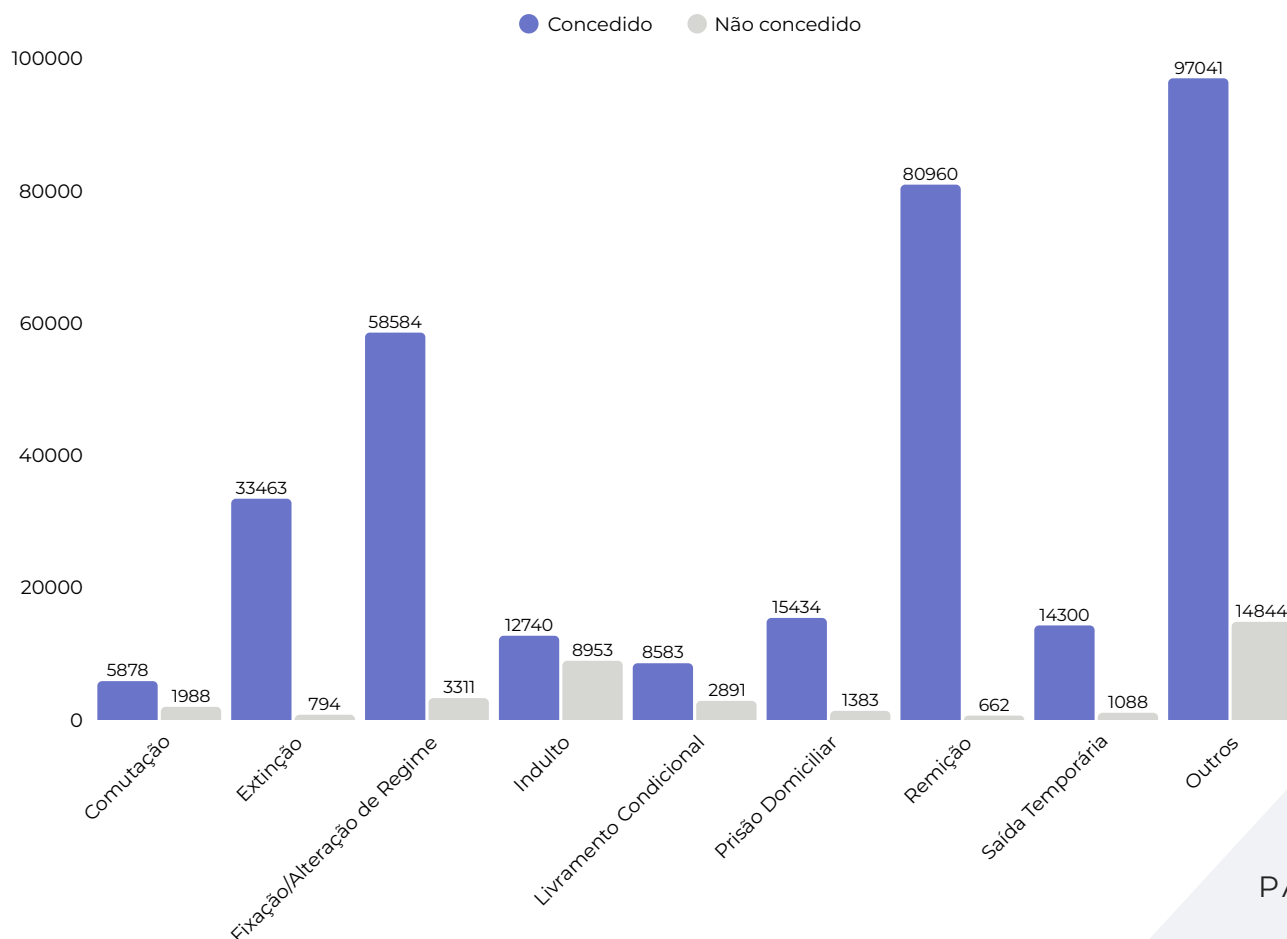
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E NÃO CONCEDIDOS - SEEU

Esta seção apresenta os dados de benefícios registrados no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) em 2025, organizados por categorias para facilitar a compreensão do fluxo, da tramitação e dos resultados dos pedidos no âmbito da execução penal.

A análise permite avaliar o desempenho do sistema, identificar gargalos, acompanhar a eficiência na apreciação dos pedidos e subsidiar medidas corretivas e de uniformização de práticas.

Os indicadores também contribuem para formular e aperfeiçoar políticas públicas de execução penal, promovendo celeridade processual e observância dos direitos dos presos.

O descumprimento das orientações sobre a correta alimentação do SEEU, especialmente quanto à instauração de incidentes de ofício conforme a Orientação CGJ/SEEU nº 33, pode comprometer a fidedignidade dos dados. Recomenda-se, quando necessário, a higienização do sistema pelas unidades judiciárias com competência em execução penal.



Obs.: dados extraídos do SEEU em 28/01/2026.

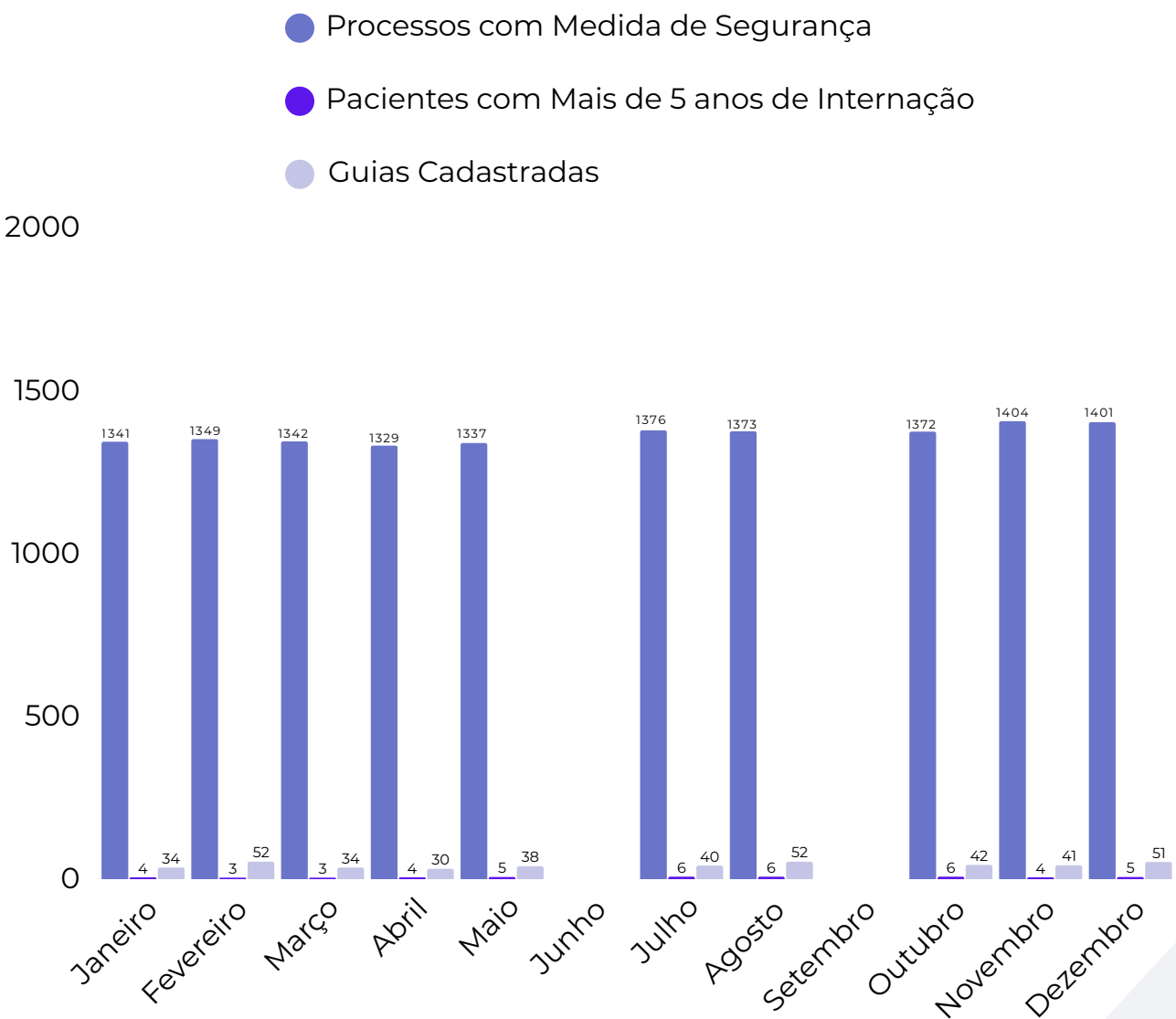
MEDIDAS DE SEGURANÇA

QLIK SENSE

Esta seção apresenta os dados de medidas de segurança registradas em 2025, organizados para análise objetiva e sistematizada.

O levantamento abrange: (i) processos com aplicação de medidas de segurança; (ii) casos de internação superior a cinco anos; e (iii) guias de execução cadastradas no exercício.

Essas informações permitem avaliar a aplicação e a gestão das medidas de segurança, identificando tendências, desafios operacionais e eventuais inadequações aos parâmetros legais e às diretrizes humanitárias.



Obs.: junho e setembro – sistema inoperante; sem informação no período.

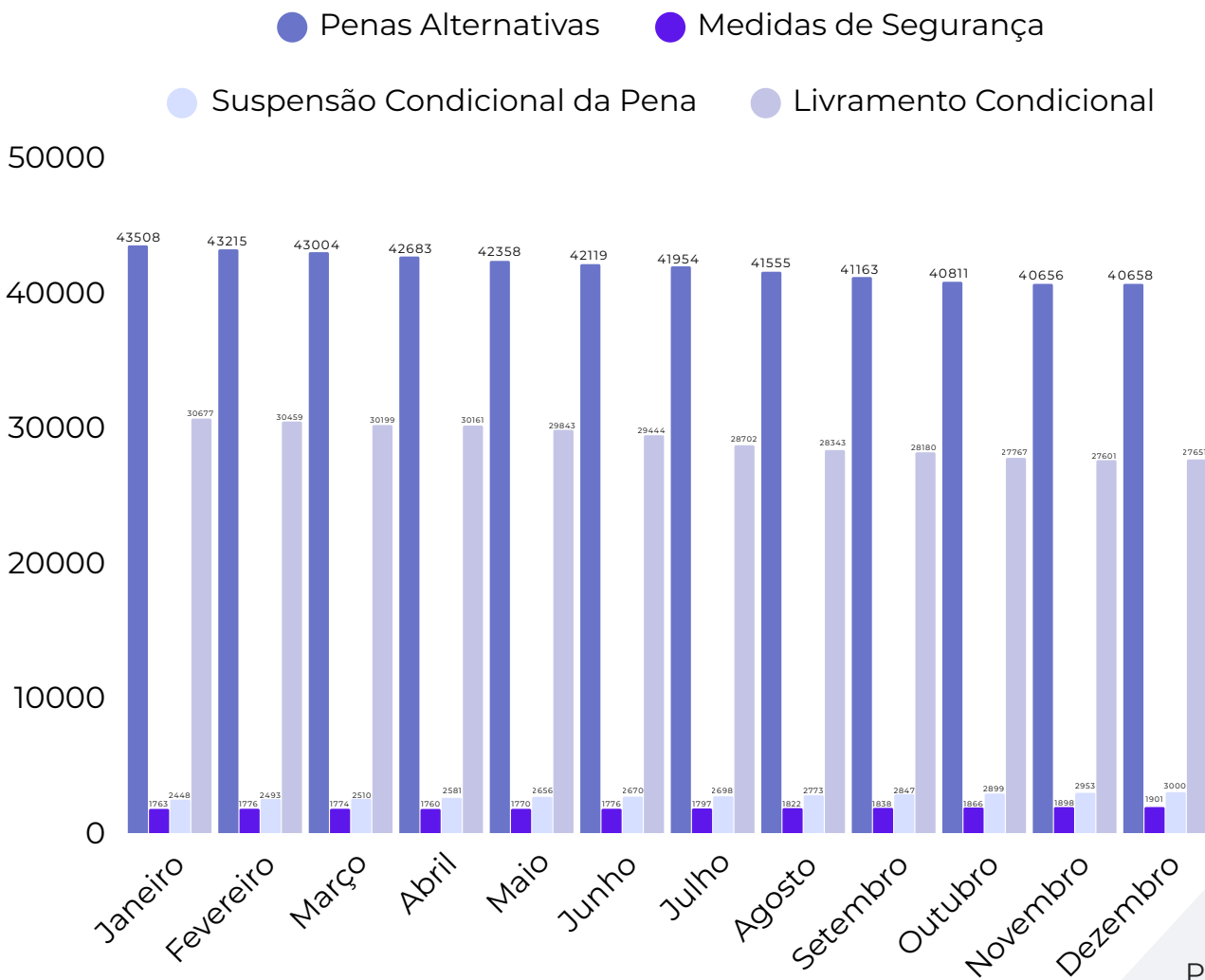
ESTATÍSTICAS DA EXECUÇÃO PENAL

QLIK SENSE SEEU/CNJ

Os dados de execução penal abrangem as principais modalidades de cumprimento de pena previstas na legislação: penas privativas de liberdade, penas alternativas, medidas de segurança, suspensão condicional da pena e livramento condicional.

As informações permitem acompanhar a distribuição e a evolução dessas modalidades ao longo do ano, analisando o uso de alternativas penais, o impacto sobre a população carcerária e os desafios de ressocialização.

O conjunto de dados reforça a importância do monitoramento contínuo da execução penal como instrumento de racionalização do sistema, fortalecimento das alternativas ao encarceramento e promoção da efetividade das decisões judiciais.



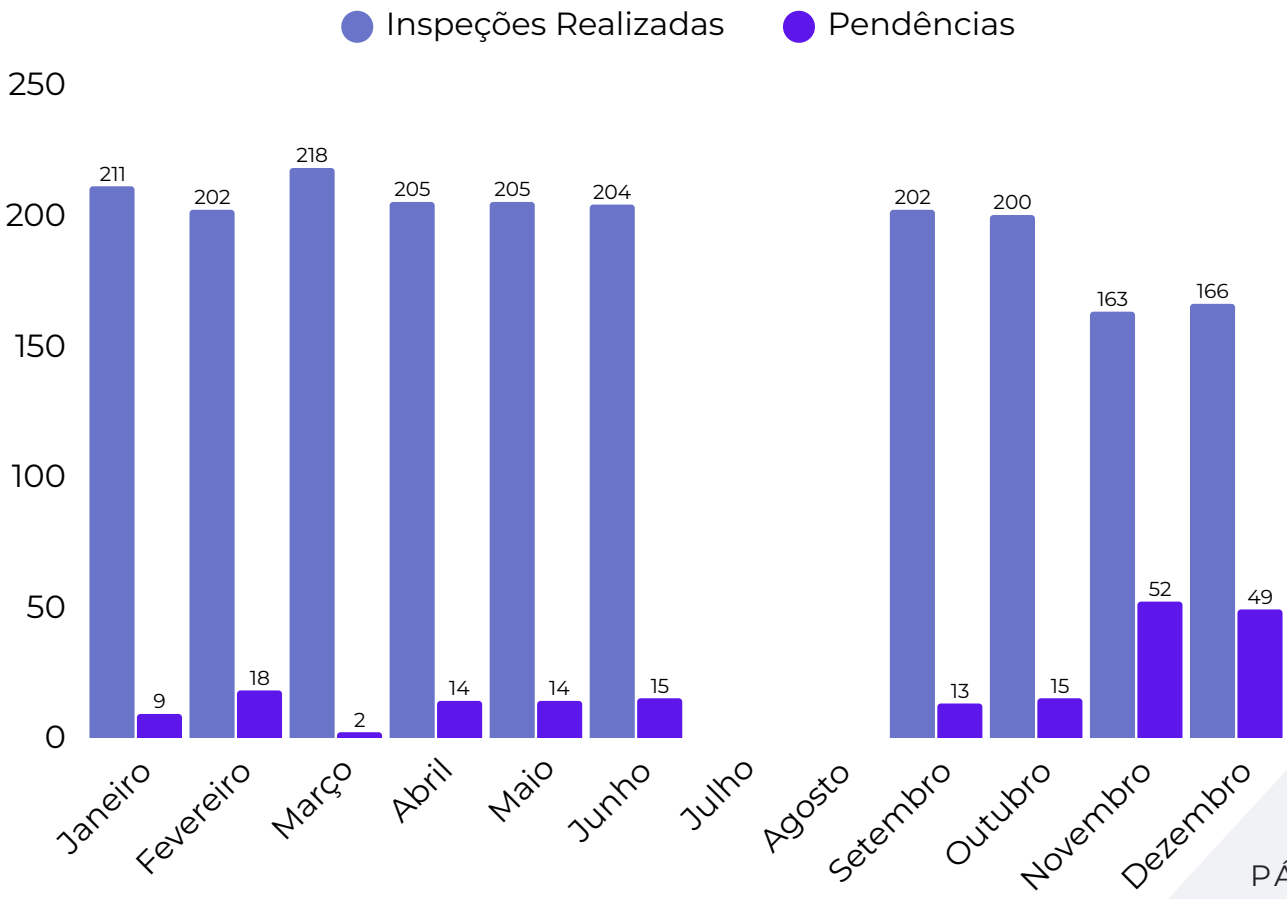
CNIEP

CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

Esta seção apresenta informações do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP) referentes ao ano de 2025. O cadastro é preenchido pelo magistrado com competência em execução penal ou pelo corregedor de presídios, mediante formulário padronizado, com base nas inspeções realizadas nos estabelecimentos prisionais de sua jurisdição.

O sistema permite acompanhar as inspeções realizadas e pendentes, além de acessar os formulários preenchidos, oferecendo visão consolidada da situação das unidades prisionais. Os registros possibilitam identificar desafios estruturais, avanços e prioridades de atuação, visando ao cumprimento das normas de fiscalização e à promoção de condições adequadas de custódia.

A partir de setembro de 2025, entrou em operação o CNIEP 2, atualizado conforme a Resolução CNJ nº 593/2024 e os respectivos manuais de inspeção. O novo modelo adota formulários temáticos padronizados, organizados por eixos: aspectos gerais, habitabilidade e necessidades básicas, serviços e assistências, segurança e prevenção da violência e acesso à saúde integral.



Obs.: julho e agosto – sistema inoperante em razão da migração de dados para o novo CNIEP.

Esta seção apresenta informações do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS) referentes ao ano de 2025, abrangendo meio fechado e meio aberto.

As inspeções em unidades de meio fechado são bimestrais; as de meio aberto, semestrais. O levantamento contempla inspeções concluídas, em andamento e pendentes, assegurando transparência quanto ao estágio das fiscalizações.

O monitoramento do CNIUPS permite identificar avanços, lacunas e desafios estruturais, subsidiando o planejamento de políticas públicas e a adoção de medidas corretivas e preventivas. As informações coletadas abrangem infraestrutura, atendimento pedagógico, práticas de reintegração social e formação dos profissionais.

Nesse sentido, em relação aos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, restou apurado que:

- 441 municípios possuem Programa Socioeducativo em meio aberto (52%);
- 412 municípios não possuem Programa Socioeducativo em meio aberto (48%).

Sobre as inspeções realizadas no 1º semestre de 2025 (programas socioeducativos em meio aberto), apurou-se:

- **Finalizadas:** 300 (72,81%);
- **Em andamento:** 18 (4,36%);
- **Pendentes:** 94 (22,81%).

Sobre as inspeções realizadas no 2º semestre de 2025 (programas socioeducativos em meio aberto), apurou-se:

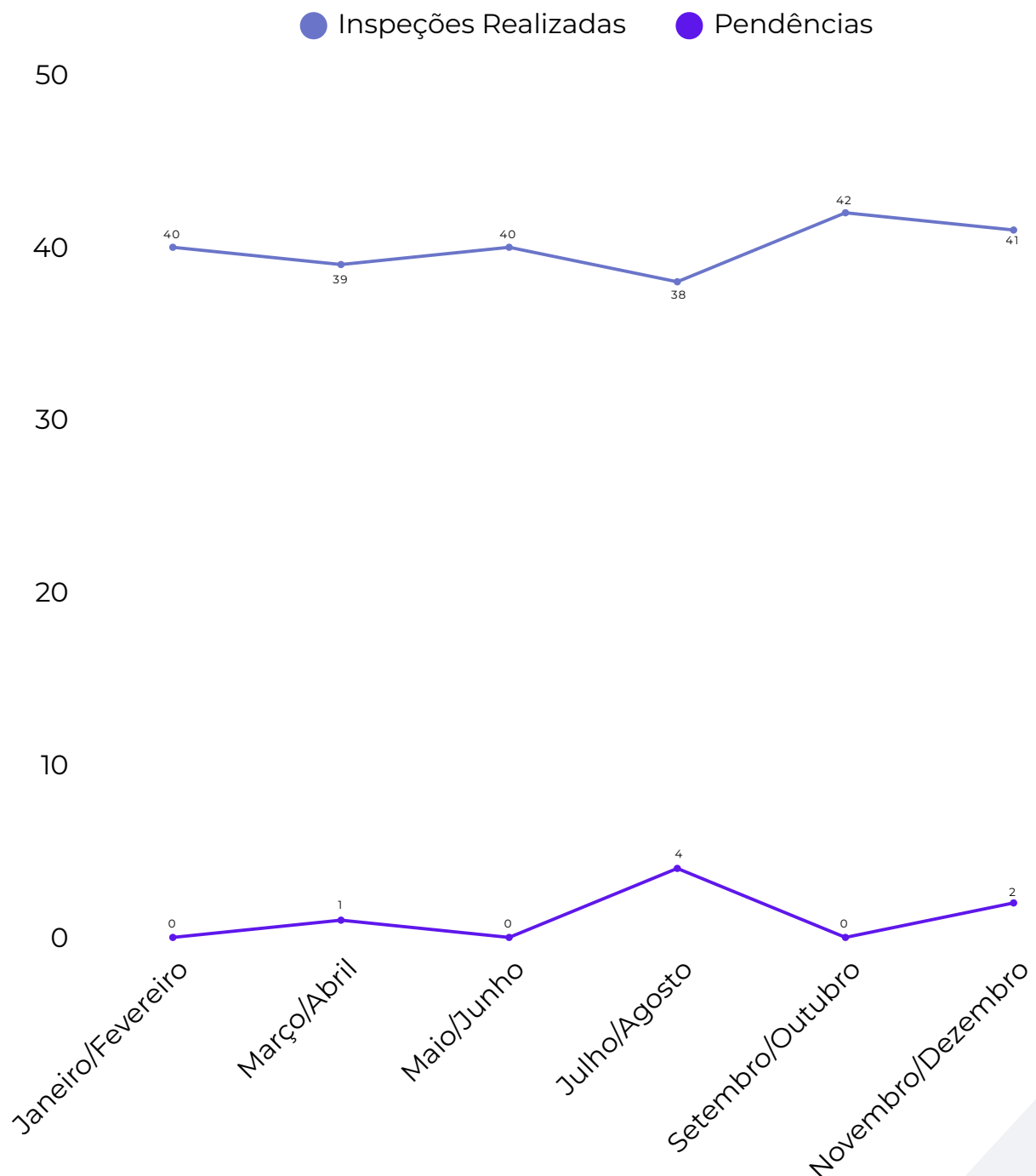
- **Finalizadas:** 371 (84,12%);
- **Em andamento:** 24 (5,44%);
- **Pendentes:** 46 (10,43%).

CNIUPS

CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES EM UNIDADES E PROGRAMAS SOCIOEDUCATIVOS

Sobre as inspeções realizadas nos programas socioeducativos em meio fechado, apurou-se:

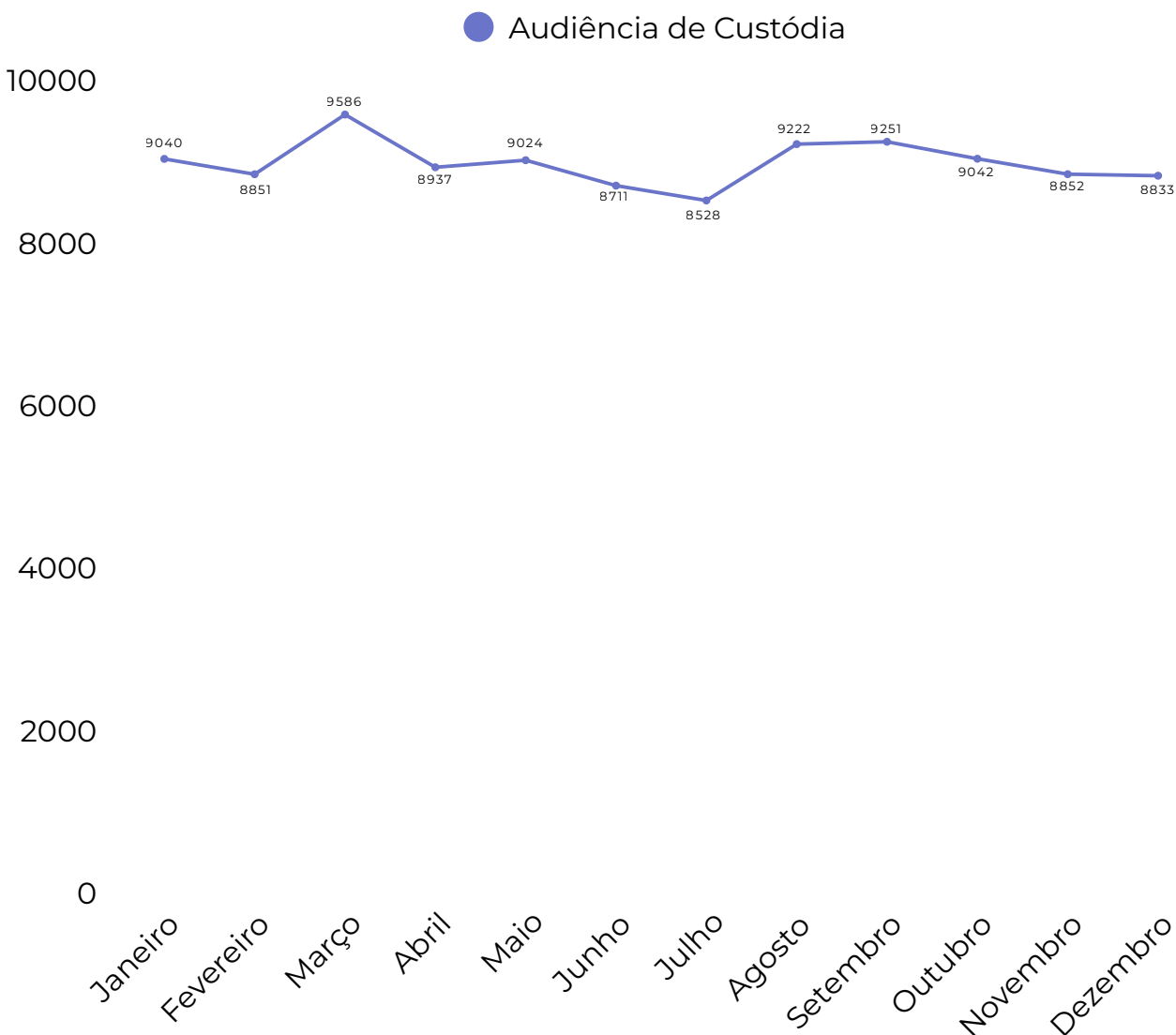
CNIUPS - MEIO FECHADO (Internação e Semiliberdade)



AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Esta seção reúne dados das audiências de custódia realizadas em Minas Gerais no ano de 2025, conforme registros das unidades judiciárias no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC).

Com a implementação do BNMP 3.0, em maio de 2024, os dados passaram a ser extraídos diretamente desse sistema, mediante filtros por tipo de evento, órgão, data e tribunal. As informações permitem acompanhar a realização das audiências e analisar a atuação jurisdicional no controle da legalidade das prisões em flagrante.

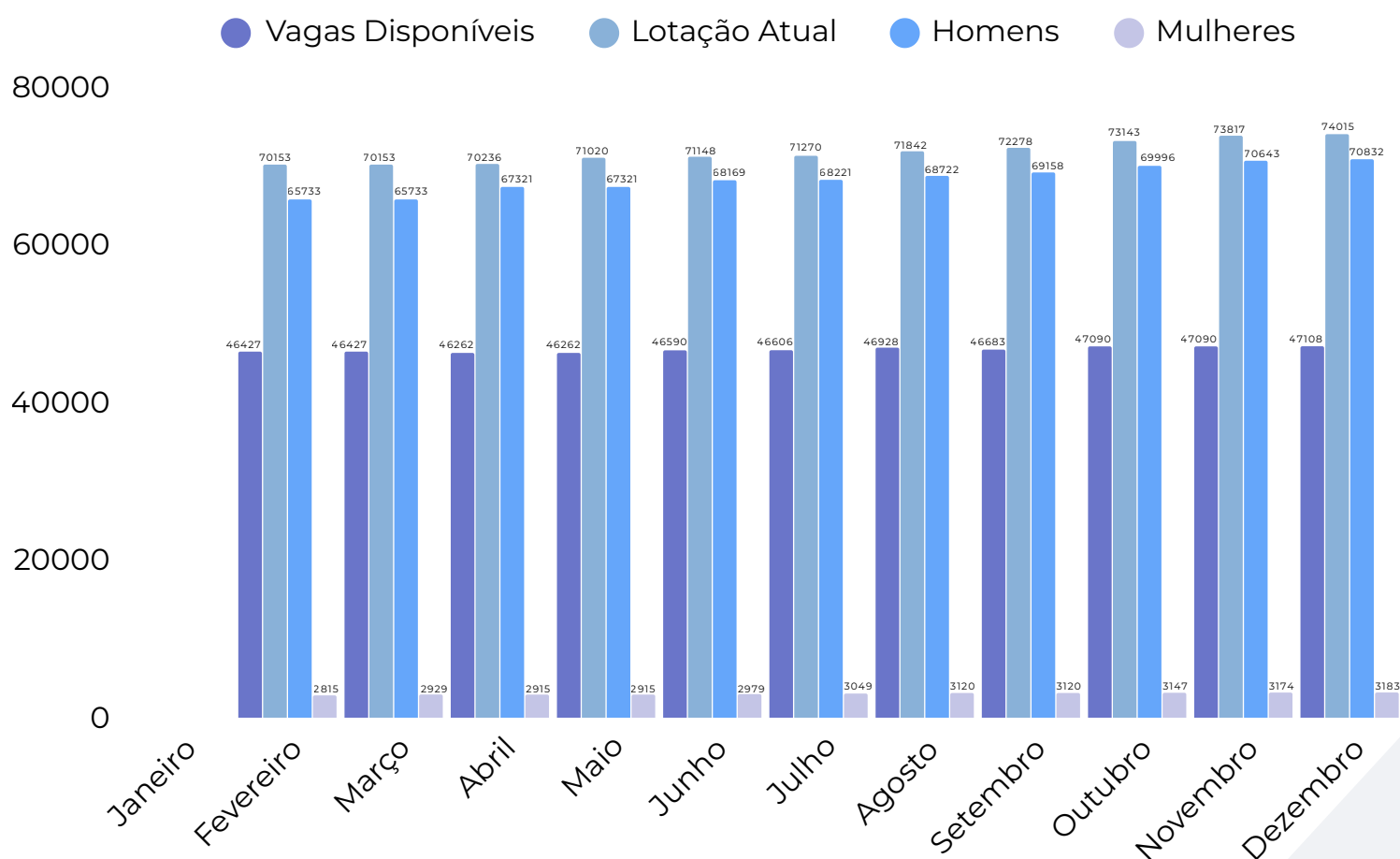


POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE E VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL

Esta seção apresenta dados mensais sobre a população privada de liberdade e as vagas disponíveis nas unidades prisionais de Minas Gerais, conforme informações da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MG).

Os dados evidenciam a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à redução da população carcerária, mediante ampliação do uso de alternativas penais, revisão de regimes de cumprimento de pena e investimento em programas de reintegração social.

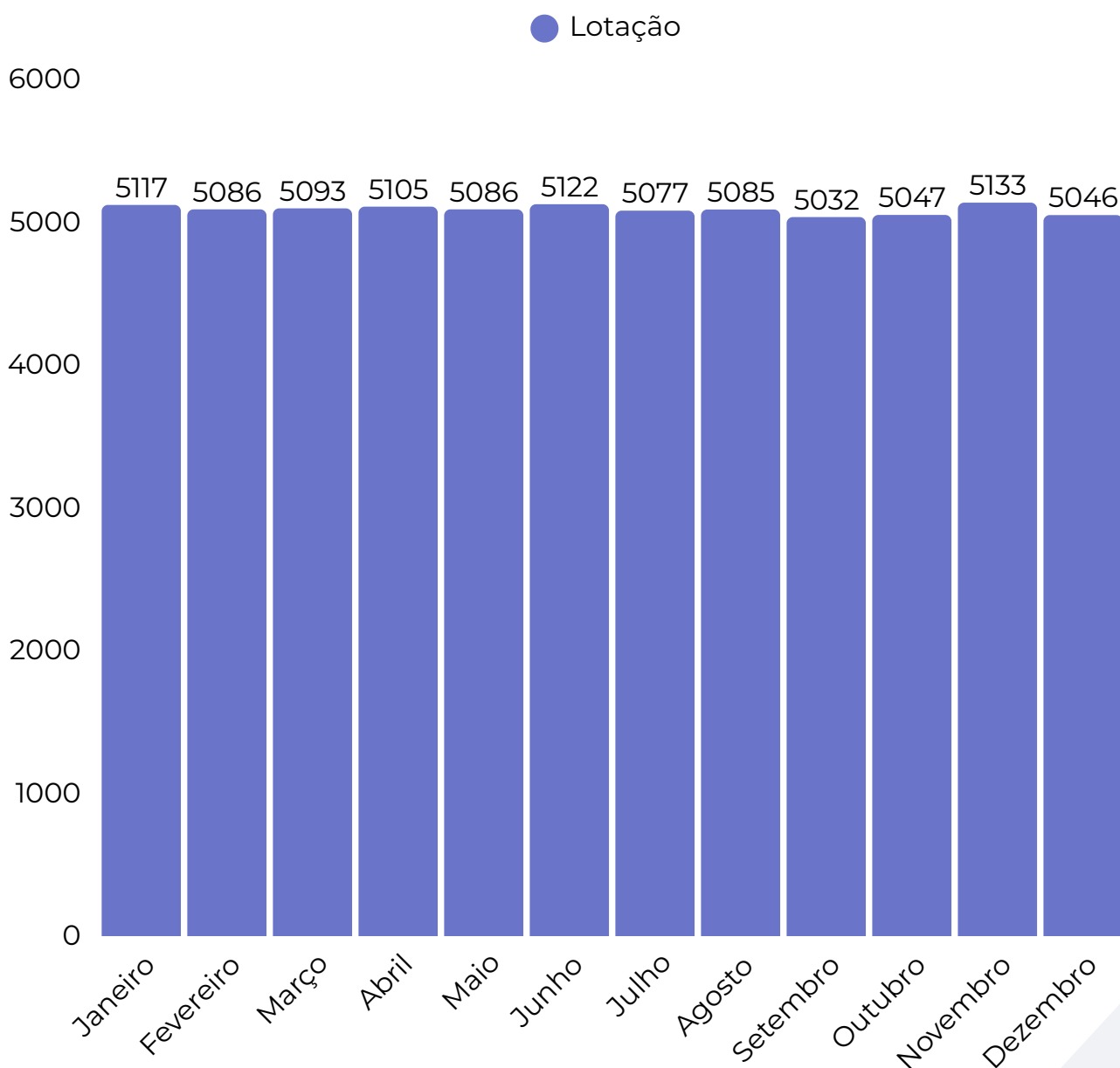
Destaca-se a importância do diálogo institucional permanente entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da participação da sociedade civil, para o enfrentamento do déficit de vagas e a melhoria das condições estruturais das unidades prisionais.



LOTAÇÃO DAS APACS DE MINAS GERAIS

Esta seção apresenta os dados mensais de lotação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) em Minas Gerais, referentes a 2025.

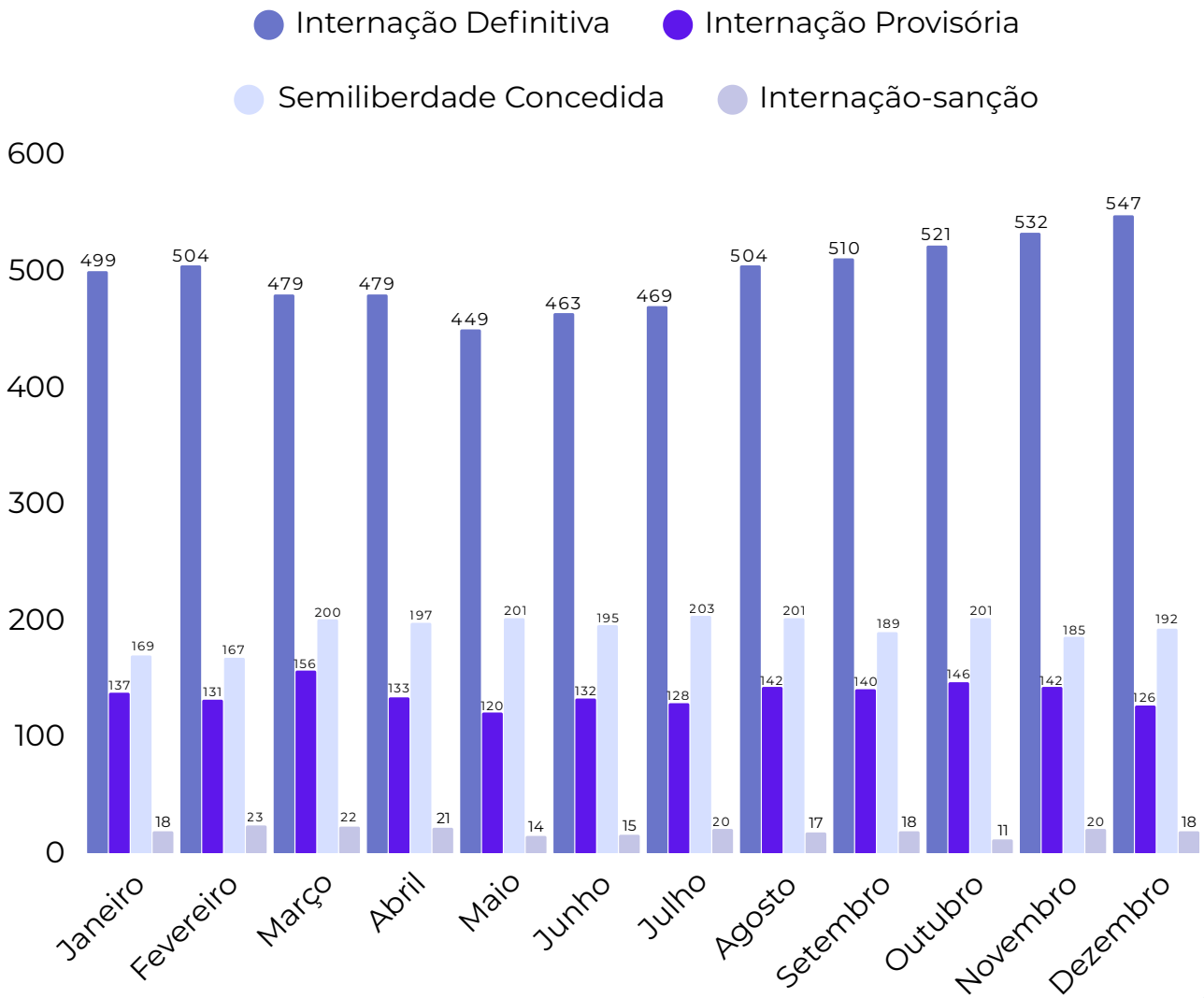
As informações permitem acompanhar a ocupação das unidades, subsidiando a análise da capacidade instalada, o planejamento de vagas e a avaliação do método APAC na execução penal. O monitoramento sistemático apoia a atuação institucional voltada ao fortalecimento e à expansão do modelo.



LOTAÇÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MINAS GERAIS

Esta seção apresenta os dados de lotação das unidades socioeducativas de Minas Gerais em 2025, abrangendo internação definitiva, internação provisória, semiliberdade e internação-sanção.

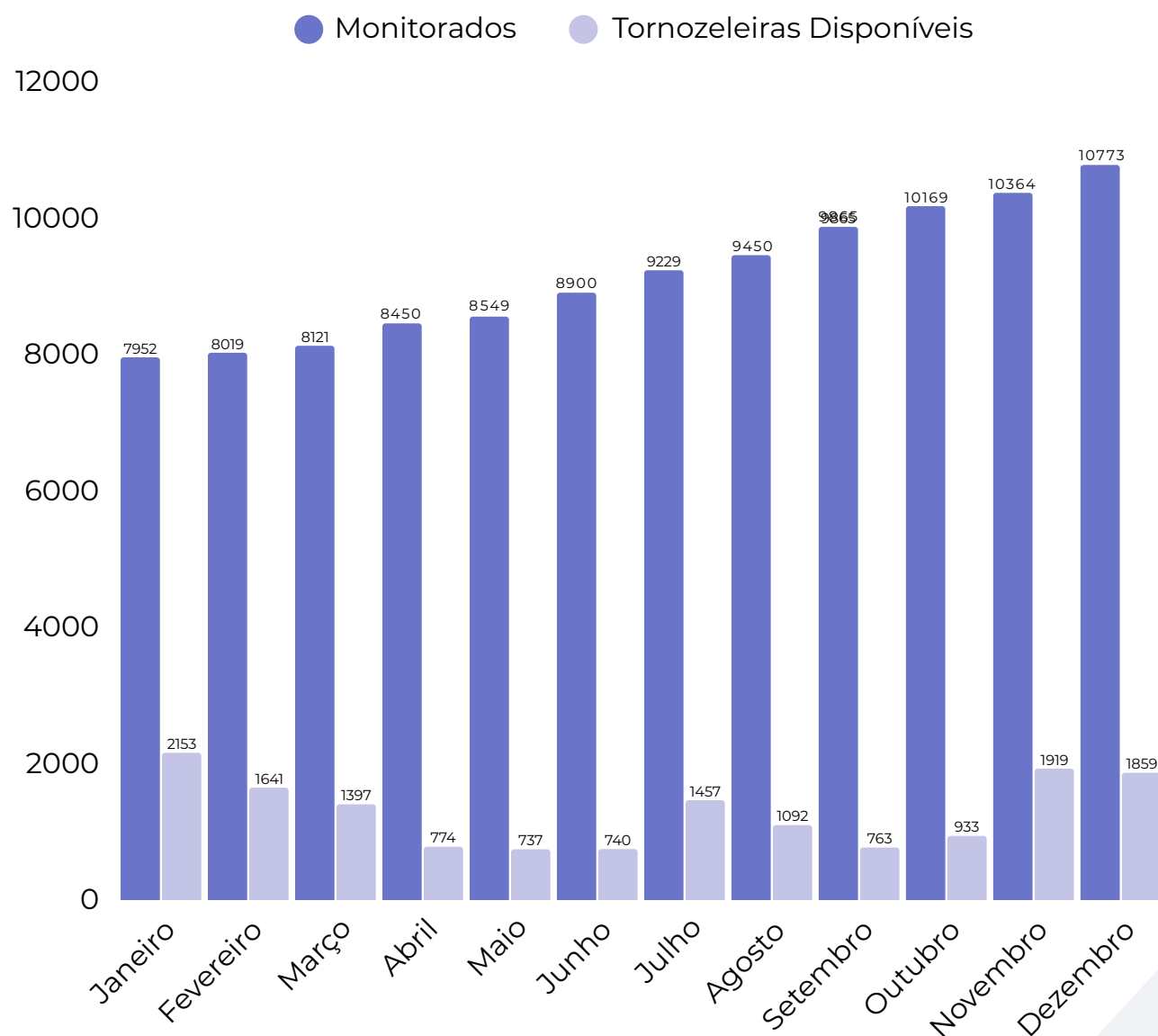
O acompanhamento desses indicadores permite avaliar a capacidade das unidades, o fluxo de adolescentes atendidos e a adequação das medidas aplicadas, contribuindo para o aprimoramento da gestão e a garantia dos direitos previstos em lei.



MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Esta seção reúne os dados de monitoramento eletrônico em Minas Gerais ao longo de 2025, conforme informações mensais da Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (UGME/SEJUSP).

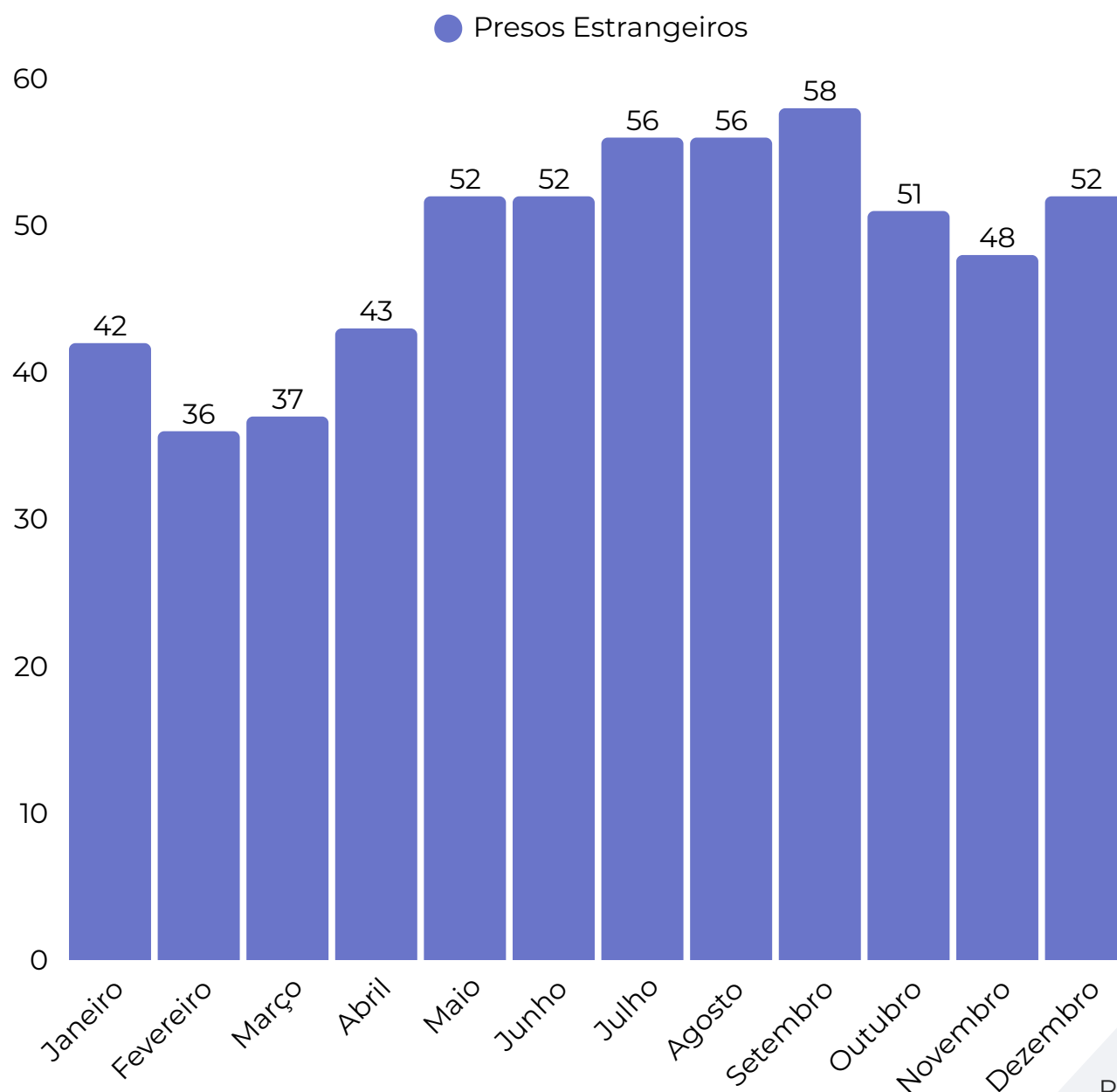
Os dados possibilitam acompanhar o número de pessoas monitoradas e a disponibilidade de equipamentos, subsidiando a avaliação de alternativas ao encarceramento e o planejamento da política de monitoração eletrônica na execução penal.



PRESOS ESTRANGEIROS

Esta seção apresenta os dados relativos a pessoas estrangeiras custodiadas nas unidades prisionais de Minas Gerais em 2025.

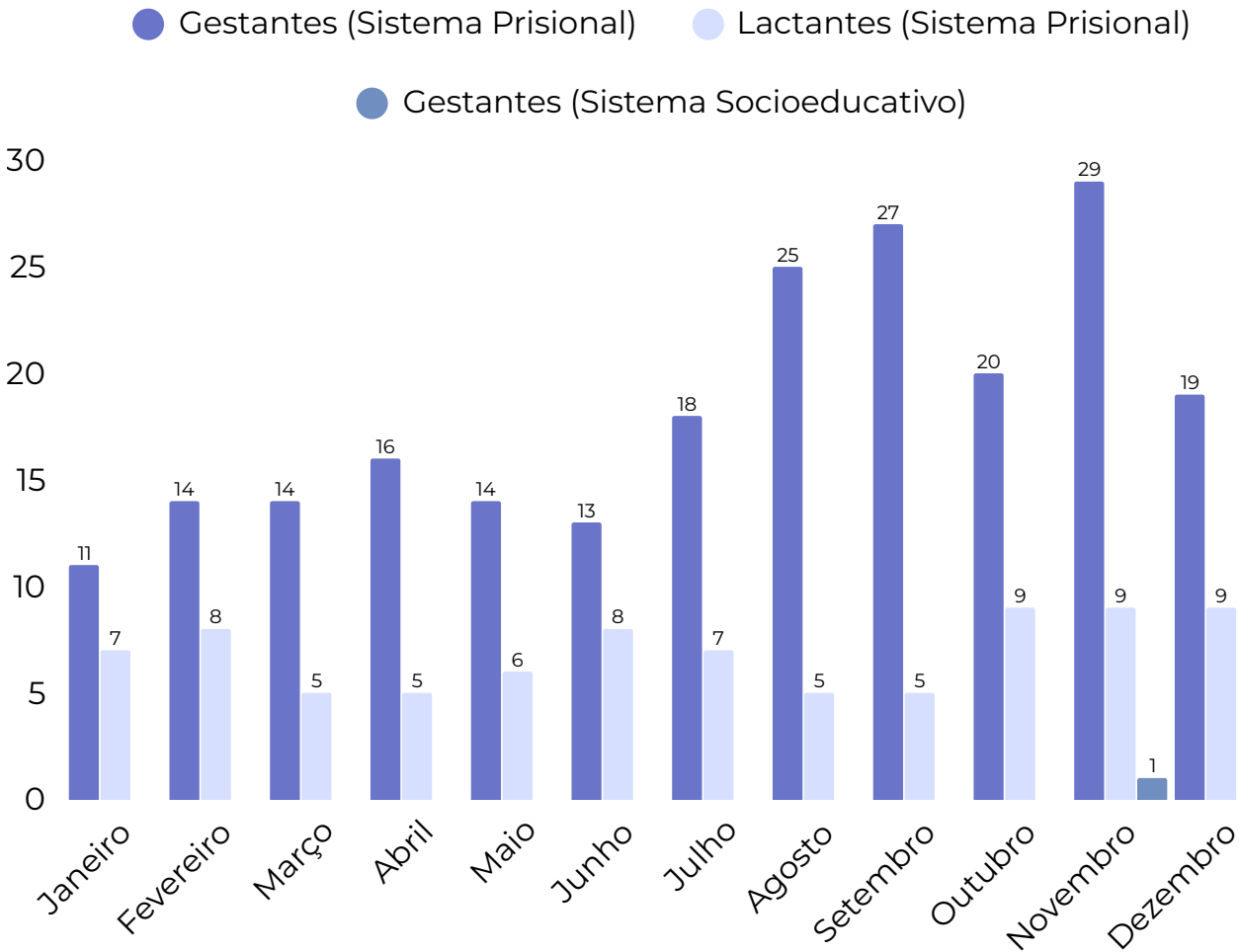
As informações permitem acompanhar a evolução desse contingente, subsidiando medidas administrativas e jurisdicionais adequadas, bem como a articulação com os órgãos competentes para observância das normas nacionais e internacionais aplicáveis.



GESTANTES E LACTANTES

Esta seção apresenta os dados de mulheres gestantes e lactantes custodiadas nas unidades prisionais de Minas Gerais em 2025, bem como o registro de gestante no sistema socioeducativo em novembro do mesmo ano.

O acompanhamento dessas informações é essencial para garantir a proteção integral, a dignidade da pessoa humana e a observância das diretrizes legais aplicáveis às mulheres privadas de liberdade em condição de especial vulnerabilidade.



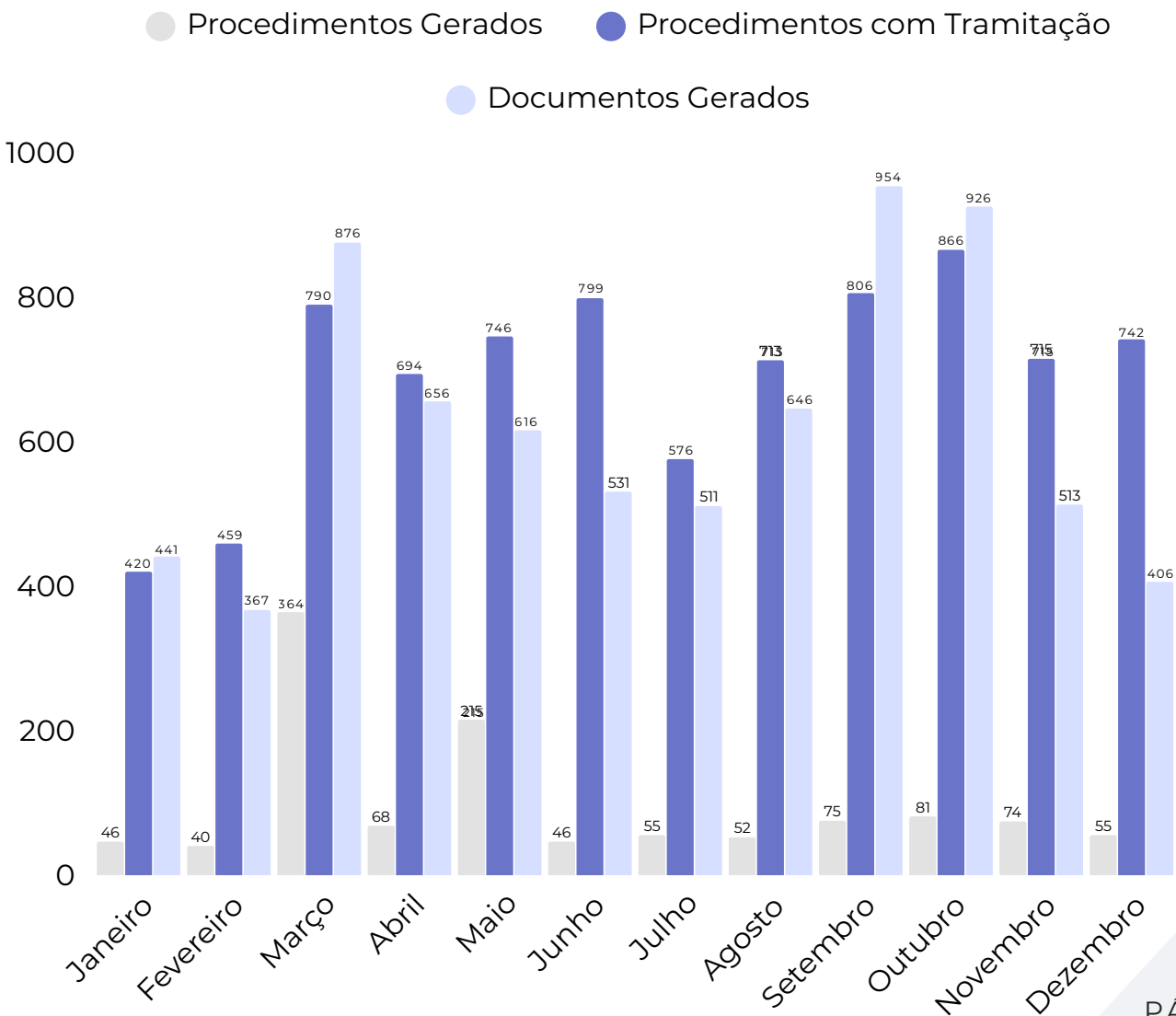
Não houve registro de lactantes no sistema socioeducativo no ano de 2025.

DADOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI

Esta seção apresenta o quadro comparativo dos procedimentos e documentos registrados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na unidade administrativa do GMF durante o ano de 2025.

Os dados demonstram o volume de procedimentos gerados, os processos em tramitação e os documentos produzidos no período, refletindo a demanda administrativa e a intensidade das atividades do Grupo.

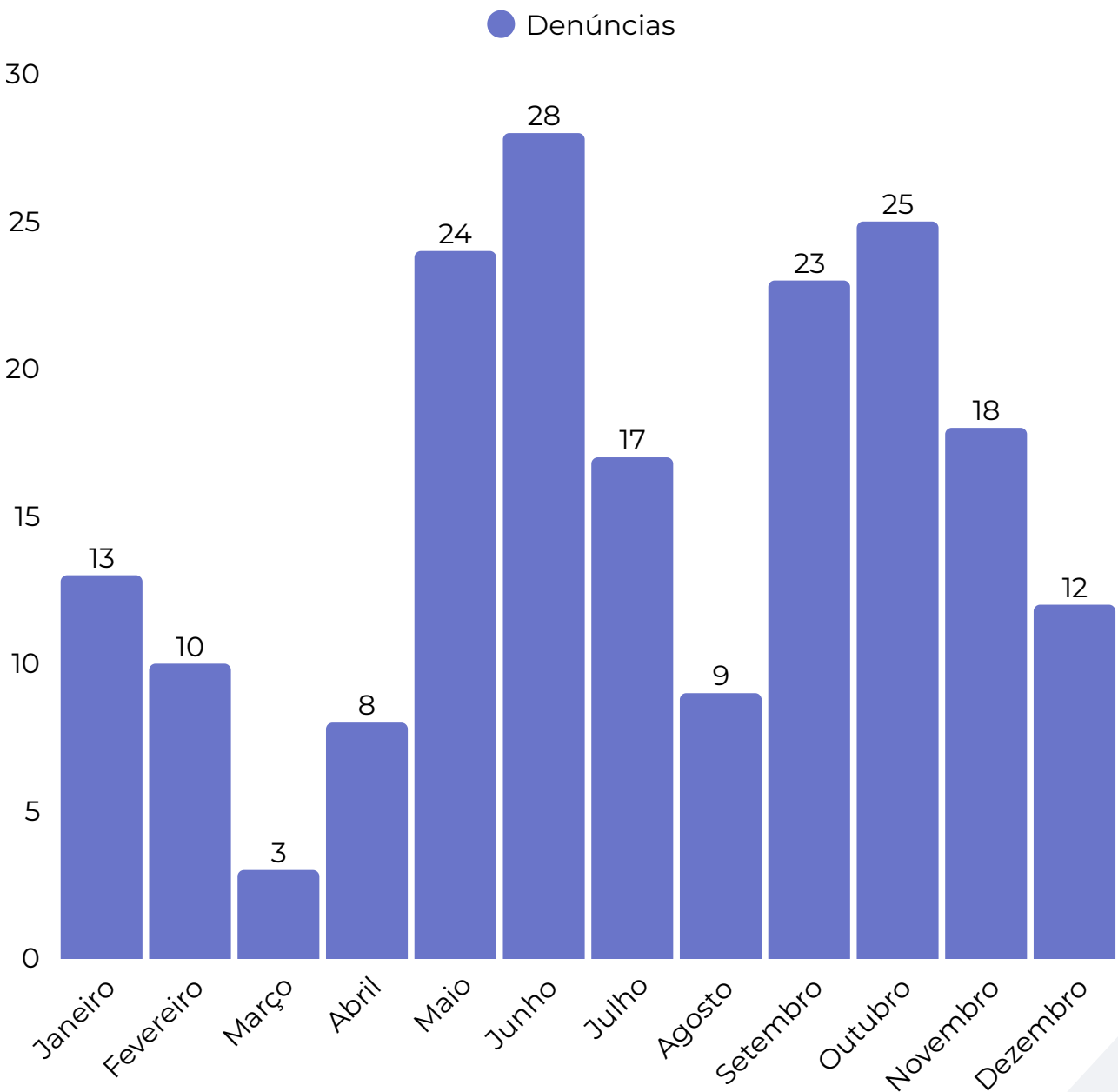
O acompanhamento dessas informações subsidia a gestão interna, o planejamento das atividades e a avaliação da capacidade operacional da unidade.



TRAMITAÇÃO DE DENÚNCIAS – SEI

Esta seção apresenta o quantitativo de denúncias encaminhadas ao GMF em 2025, conforme registros do SEI.

O monitoramento da tramitação permite acompanhar a demanda recebida, identificar padrões recorrentes e subsidiar a adoção de providências institucionais, em articulação com os órgãos competentes.



VISITAS DE INSPEÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Em 2025, o GMF realizou visitas de inspeção em unidades do sistema prisional de Minas Gerais, com elaboração de relatórios encaminhados aos órgãos competentes para análise e providências.

As visitas tiveram por objetivo verificar as condições de custódia, a estrutura física, os serviços prestados e a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Prisional

22/01/2025 – **Complexo Penitenciário Nelson Hungria**
SEI 0017605-48.2025.8.13.0000

13/02/2025 – **Penitenciária José Maria Alckmin**
SEI 0045918-19.2025.8.13.0000

13/02/2025 – **Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade**
SEI 0050499-77.2025.8.13.0000

17/03/2025 – **Penitenciária de São Joaquim de Bicas II**
SEI 0074376-46.2025.8.13.0000

17/03/2025 – **Penitenciária de São Joaquim de Bicas I**
SEI 0074208-44.2025.8.13.0000

01/10/2025 – **Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz (HCTP)**
SEI 0246621-63.2025.8.13.0000

VISITAS DE INSPEÇÃO NAS APACS

No exercício, o GMF realizou visitas de inspeção em unidades das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), com elaboração de relatórios técnicos encaminhados aos órgãos competentes.

As inspeções avaliaram o funcionamento das unidades, o cumprimento das diretrizes do método APAC, as condições estruturais e a execução das atividades, contribuindo para o fortalecimento do modelo no Estado.

APACs

26/03/2025 – **Visita à APAC Masculina da comarca de Itabirito**

03/04/2025 – **Visita às APACs Masculina e Feminina da comarca de São João Del Rei**

23/04/2025 – **Visita à APAC Masculina de Januária**
SEI 0087471-46.2025.8.13.0000

24/04/2025 – **Visita às obras da APAC Masculina de Montes Claros**
SEI 0087421-20.2025.8.13.0000

24/04/2025 – **Visita à APAC Masculina de Pirapora**
SEI 0087480-08.2025.8.13.0000

08/05/2025 – **Visita à APAC Masculina de Caratinga**

13/05/2025 – **Visita à APAC Masculina de Inhapim**
SEI 0107145-10.2025.8.13.0000

14/05/2025 – **Visita à APAC Masculina de Guanhães**
SEI 0107046-40.2025.8.13.0000

14/05/2025 – **Visita à APAC Masculina de Santa Maria do Suaçuí**
SEI 0107078-45.2025.8.13.0000

15/05/2025 – **Visita à APAC Masculina de Teófilo Otoni**
SEI 0107117-42.2025.8.13.0000

16/05/2025 – **Visita à APAC Masculina de Caratinga**
SEI 0107351-24.2025.8.13.0000

07/10/2025 – **Visita à APAC Masculina de Nova Lima**
SEI 0205938-81.2025.8.13.0000

10/10/2025 – **Visita à APAC Masculina de Itaúna**
SEI 0205973-41.2025.8.13.0000

22/10/2025 – **Visita à APAC Masculina de Conceição das Alagoas**
SEI 0219043-28.2025.8.13.0000

23/10/2025 – **Visita à APAC Masculina de Ituiutaba**
SEI 0219078-85.2025.8.13.0000

03/12/2025 – **Visita à APAC de Paracatu**

VISITAS DE INSPEÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O GMF realizou visitas de inspeção em unidades de internação provisória, internação definitiva e semiliberdade do sistema socioeducativo, com encaminhamento de relatórios aos órgãos competentes.

As inspeções permitiram identificar boas práticas e eventuais fragilidades estruturais e operacionais, subsidiando medidas para melhoria das condições de atendimento e garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Socioeducativo

30/01/2025 – **Centro de Internação Provisória de Sete Lagoas**
SEI 0032724-49.2025.8.13.0000

13/02/2025 – **Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves**
SEI 0051070-48.2025.8.13.0000

13/02/2025 – **Centro Socioeducativo de Sete Lagoas**
SEI 0032755-69.2025.8.13.0000

12/03/2025 – **Centro Socioeducativo de Tupaciguara**
SEI 0072798-48.2025.8.13.0000

13/03/2025 – **Centro Socioeducativo de Unaí**
SEI 0074513- 28.2025.8.13.0000

21/03/2025 – **Centro Socioeducativo de Uberlândia**
SEI 0083857-33.2025.8.13.0000

21/03/2025 – **Casa de Semiliberdade Feminina de Uberlândia**
SEI nº 0085323-62.2025.8.13.0000

24/06/2025 – **Centro Socioeducativo de Ipatinga**
SEI 0150174-13.2025.8.13.0000

24/06/2025 – **Casa de Semiliberdade de Ipatinga**
SEI 0150219-17.2025.8.13.0000

25/06/2025 – **Centro Socioeducativo de Governador Valadares**
SEI 0151451-64.2025.8.13.0000

25/06/2025 – **Casa de Semiliberdade de Governador Valadares**
SEI 0151982-53.2025.8.13.0000

09/07/2025 – **Casa de Semiliberdade de Lavras**
SEI 0163588-78.2025.8.13.0000

11/07/2025 – **Centro Socioeducativo Horto**
SEI 0159962-51.2025.8.13.0000

11/07/2025 - **Centro de Internação Provisória Dom Bosco**
SEI 0159944-30.2025.8.13.0000

09/10/2025 – **Centro de Internação Provisória Dom Bosco**
SEI 0159944-30.2025.8.13.0000

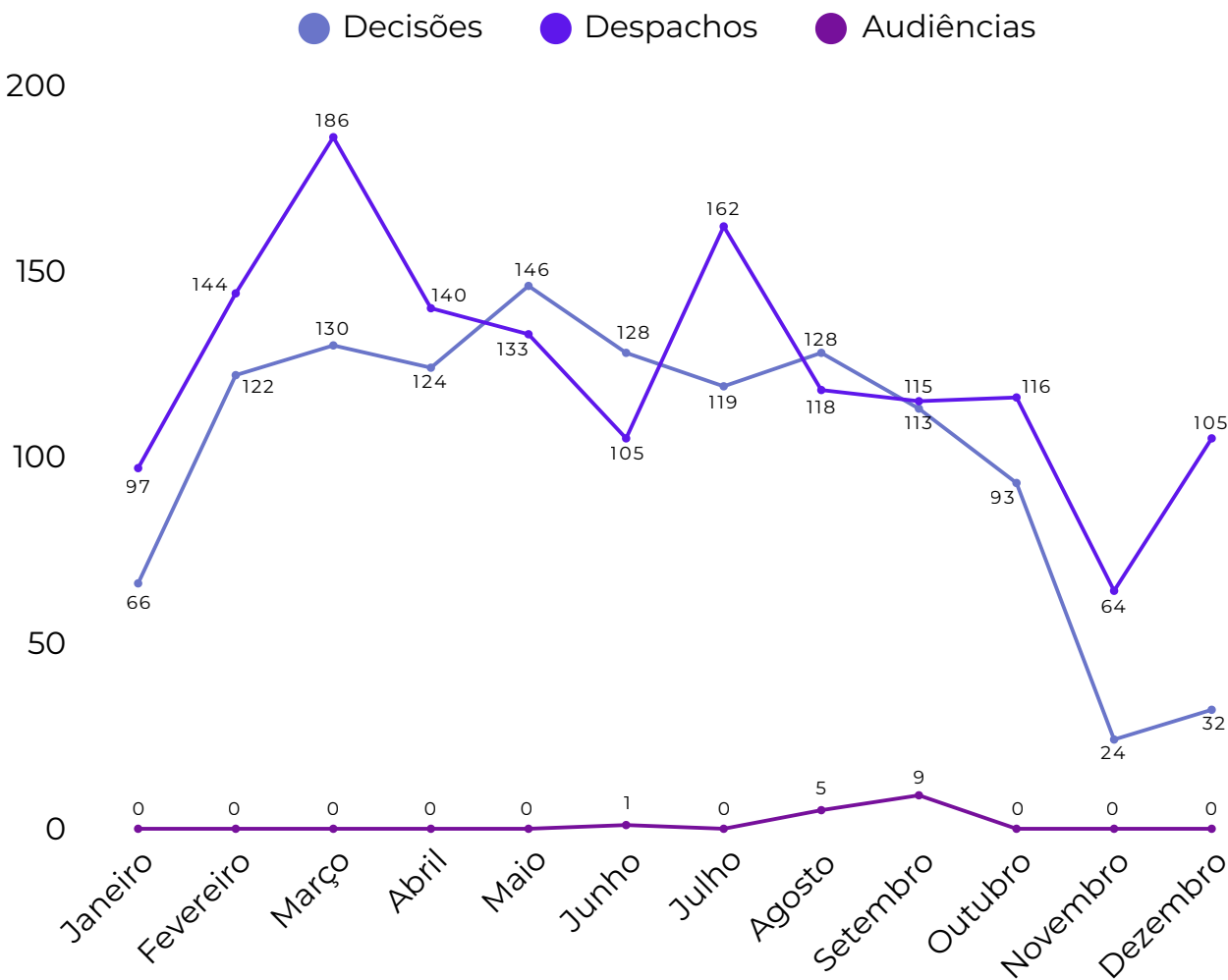
24/10/2025 – **Centro Socioeducativo de Sete Lagoas**
SEI 0032755-69.2025.8.13.0000

COOPERAÇÃO JUDICIAL

Com autorização da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, foram instituídas ações de cooperação judicial nas comarcas de Francisco Sá e Muriaé, voltadas ao auxílio da prestação jurisdicional em matéria de execução penal.

Em 2025, essas ações alcançaram expressiva produtividade, com prolação de decisões, despachos e realização de audiências, o que contribuiu para a racionalização do acervo processual e o aprimoramento da eficiência jurisdicional naquelas comarcas.

COMARCA DE FRANCISCO SÁ

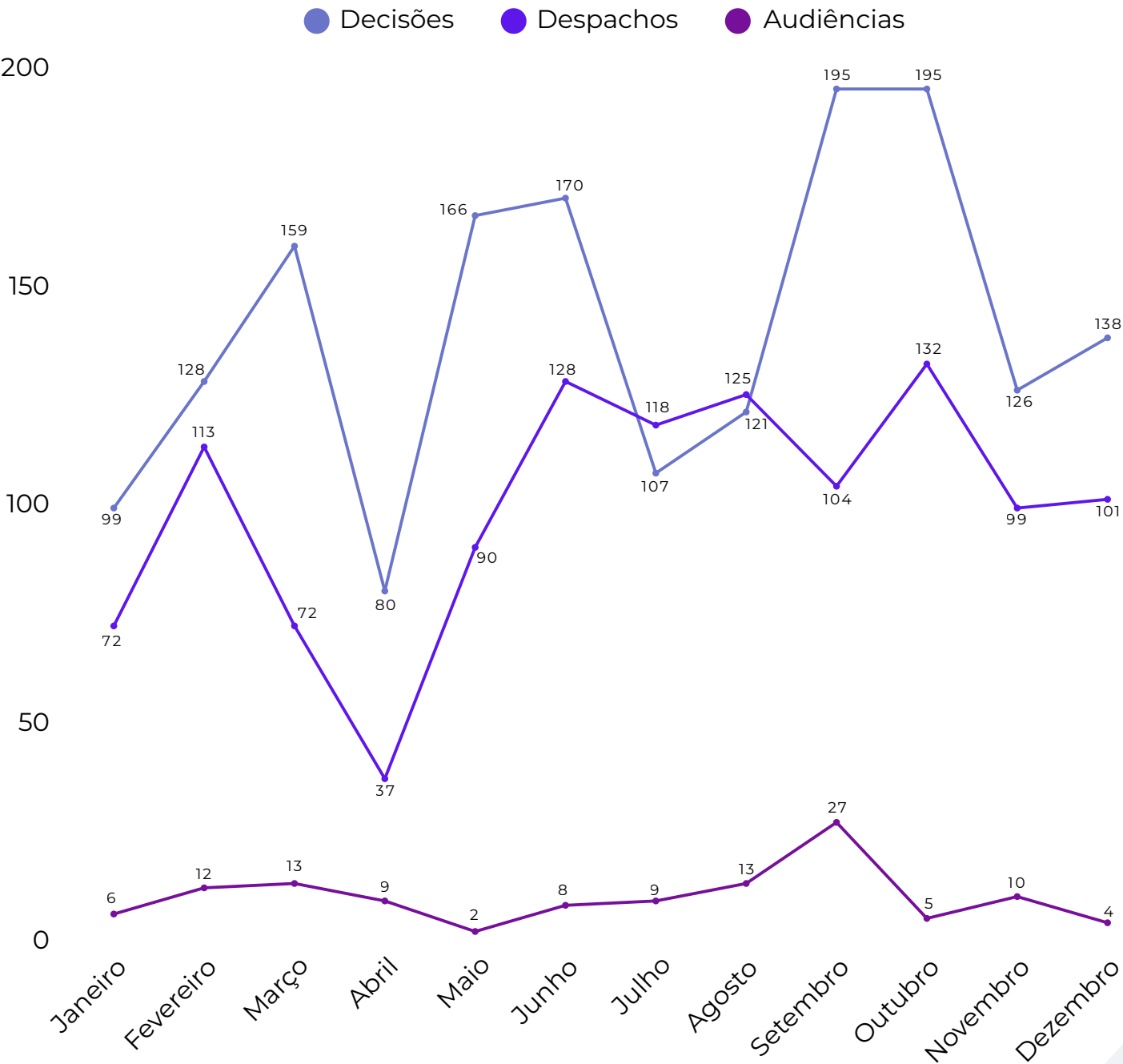


Produtividade acumulada (mar/2021 - dez/2025):

- Decisões: 4.075
- Despachos: 3.847
- Audiências: 159

COOPERAÇÃO JUDICIAL

COMARCA DE MURIAÉ



Produtividade acumulada (abr/2024 - dez/2025):

- Decisões: 2.350
- Despachos: 1.285
- Audiências: 179

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

Em 2025, o GMF participou de reuniões ordinárias e extraordinárias, encontros interinstitucionais, grupos de trabalho e comissões temáticas, com representantes do Poder Judiciário, Poder Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública, entidades da sociedade civil e programas coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os encontros visaram ao acompanhamento de iniciativas estratégicas, ao alinhamento institucional, à formulação e monitoramento de políticas públicas e ao fortalecimento da atuação integrada no sistema prisional e socioeducativo, com destaque para o Plano Pena Justa – MG.

09/01/2025 – Reunião com membros da NUGEPRO para acompanhamento da Iniciativa 1a (projetos sociais).

21/01/2025 – Reunião com membros da SEJUSP a respeito do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) para tratar de assuntos ligados aos egressos e aos pré-egressos.

24/01/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para acompanhamento da Iniciativa 34 (promover o acompanhamento da edificação de novos Centros de Reintegração Social das APACs).

11/02/2025 – Reunião do GT instituído pela Resolução SEJUSP nº 166, de 16 de julho de 2021, com membros da FBAC e da SEJUSP.

11/02/2025 – Reunião com membros da FBAC e da SEJUSP para tratar do Estudo de Reincidência Criminal das APACs do Estado de Minas Gerais.

11/02/2025 – Reunião com membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil e SEJUSP para tratar sobre a raspagem compulsória de cabelos de pessoas presas em flagrantes antes da audiência de custódia.

12/02/2025 – Reunião Ordinária do GMF/TJMG.

14/02/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para acompanhamento da Iniciativa 34 (promover o acompanhamento da edificação de novos Centros de Reintegração Social das APACs).

28/02/2025 – Reunião com a Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

10/03/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO e da DEPLAG para tratar sobre planejamento estratégico (Iniciativa 29).

26/03/2025 – Reunião sobre segurança nas APACs. A reunião contou com a participação de representantes da SEJUSP e da FBAC.

12/03/2025 – Reunião para tratar sobre identificação civil e coleta biométrica.

01/04/2025 – Reunião com membros da DIRTEC e da COFISC para tratar sobre a Plataforma Bússola (destinação de verbas de prestação pecuniária).

02/04/2025 – Reunião Ordinária do GMF/TJMG.

07/04/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para acompanhamento das Iniciativas 1 (Projetos Sociais – APAC) e 59 (Plano de Disseminação do conhecimento e aprendizagem na gestão das APACs).

11/04/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para acompanhamento da Iniciativa 34 (promover o acompanhamento da edificação de novos Centros de Reintegração Social das APACs).

14/04/2025 – Reunião da Secretaria do Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais (CPP/MG), com membros da SEJUSP, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e do NUGEPRO, para alinhamentos à construção do Plano Estadual Pena Justa.

22/04/2025 – Reunião da Secretaria do CPP/MG, com membros da SEJUSP e do NUGEPRO, para dar andamento aos alinhamentos voltados à construção do Plano Estadual Pena Justa.

22/04/2025 – Reunião da Secretaria do CPP/MG, com membros da SEJUSP, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e do NUGEPRO, para tratar de ações institucionais em andamento e iniciar os preparativos para a 1ª Reunião do Comitê.

28/04/2025 – Reunião com membros da NUGEPRO para acompanhamento das Iniciativas 1 (Projetos Sociais - APAC) e 59 (Plano de Disseminação do conhecimento e aprendizagem na gestão das APACs).

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

06/05/2025 – Reunião, com membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da SEJUSP e com diretores do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP), do Centro de Remanejamento Provisório do Sistema Prisional – Gameleira (CERESP-Gameleira) e da 1ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp), para tratativas acerca da Superlotação no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

09/05/2025 – Reunião sobre as obras de construção da APAC de Montes Claros. A reunião contou com a participação da i. magistrada da Vara de Execuções Penais e Inquéritos Policiais da comarca de Montes Claro e dos representantes da FBAC.

23/05/2025– Reunião com membros do NUGEPRO para acompanhamento da Iniciativa 34 (promover o acompanhamento da edificação de novos Centros de Reintegração Social das APACs).

03/06/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

10/06/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

11/06/2025 – Reunião do GT instituído pela Resolução SEJUSP nº 468/2025, destinada às tratativas referentes à Portaria Conjunta nº 49/PR-TJMG/2024.

11/06/2025 – Reunião do GT instituído pela Portaria nº 7.273/PR/2025, destinado às tratativas referentes ao estudo de reincidência de indivíduos que cumpriram pena, integral ou parcialmente, nas APACs do Estado de Minas Gerais.

12/06/2025 – Reunião Ordinária do GMF/TJMG.

18/06/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

26/06/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

27/06/2025 – Reunião da APAC de Mantena. A reunião contou com a participação da i. magistrada da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Mantena e dos representantes da FBAC.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

01/07/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

03/07/2025 – Reunião da APAC de Mantena. A reunião contou com a participação da i. magistrada da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Mantena, da Promotora de Justiça Local e dos representantes da FBAC.

04/07/2025 – Reunião da APAC de Alfenas. A reunião contou com a participação da i. magistrada da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da comarca de Alfenas, do Ministério Público local, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e da FBAC.

08/07/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

15/07/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

15/07/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para monitoramento da Iniciativa 34 (promover o acompanhamento da edificação de novos Centros de Reintegração Social das APACs).

17/07/2025 – Reunião do Comitê de Crise para tratar do CERESP-Gameleira, com membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da SEJUSP e com diretores dos Presídios de São Joaquim de Bicas I e II.

21/07/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP para tratar de assunto ligado ao Plano Pena Justa – MG (Secretaria-Executiva do CPP/MG).

11/08/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para monitoramento das Iniciativas 1a (projetos sociais) e 59 (Plano de Disseminação do conhecimento e aprendizagem na gestão das APACs).

12/08/2025 – Reunião, com membros do CIJMG, do NUGEPRO e do NUGIN e com Pesquisadora do Prison Consensus Project na University of Cambridge, para tratar de assunto ligado ao fortalecimento do GMF/TJMG (UAI-LAB).

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

13/08/2025 – Reunião com membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da SEJUSP para tratar do CERESP – Gameleira (SEI 0031967-80.2025.8.13.0024).

09/09/2025 – Reunião com membros da SEDESE, da SEJUSP, da UFMG, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e do Programa Se Liga/Avante Social para tratar de assunto ligado ao Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA).

12/09/2025 – Reunião para tratar de assunto ligado ao GT III Socioeducativo, com membros da PBH, da SEDESE, do Programa Fazendo Justiça/CNJ, da SEJUSP, da Defensoria Pública, da SES, do MNPR, do CRP-MG, do FMSM, da Frente Estadual pelo Desencarceramento e da Assusam.

12/09/2025 – Reunião com membros do TSE para tratar da demanda relativa à identificação civil no sistema carcerário.

16/09/2025 – Reunião com membros da SEJUSP para tratar da Resolução nº 412, de 23 de agosto de 2021.

16/09/2025 – Reunião do Grupo Interinstitucional de Crise (GIC) para tratar de assuntos relacionados à Penitenciária Pio Canedo, da Comarca de Pará de Minas, com membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da SEJUSP.

16/09/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para monitoramento da Iniciativa 34 -(promover o acompanhamento da edificação de novos Centros de Reintegração Social das APACs).

29/09/2025 – Reunião com membros da COSIS e da SEJUSP para tratar da demanda relacionada aos Mandados de Prisão (reunião técnica BNMP).

07/10/2025 – Reunião com representantes da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade/SEJUSP e do Programa Fazendo Justiça/CNJ.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

08/10/2025 – Reunião com representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da PBH, bem como do Programa Fazendo Justiça/CNJ, para debater a minuta do Regimento Interno do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, elaborada pela PBH de forma participativa e temas relacionados à qualificação da execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviços à Comunidade na Capital.

08/10/2025 – Reunião do GT instituído pela Resolução SEJUSP nº 468/2025, destinada às tratativas referentes à Portaria Conjunta nº 49 PR-TJMG/2024.

08/10/2025 – Reunião do GT instituído pela Portaria nº 7.273/PR/2025, destinado às tratativas referentes ao estudo de reincidência de indivíduos que cumpriram pena, integral ou parcialmente, nas APACs do Estado de Minas Gerais.

09/10/2025 – Reunião Ordinária do GMF/TJMG, com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ, da UFMG, da Empresa Trabalho e Cidadania e do Grupo SA.

16/10/2025 – Reunião da Comissão da Saúde Mental no Sistema Prisional (GT I e GT II) com membros da CEMES e da SEJUSP.

16/10/2025 – Reunião Inaugural do Contrato nº 306/2025, celebrado entre o TJMG e a empresa Kepler viagens, eventos e turismo LTDA, destinado à prestação de serviços de organização de treinamentos propostos pela FBAC, para aprimoramento do método APAC.

28/10/2025 – Reunião do GMF/NUGEPRO com membros da SEJUSP e do Programa Fazendo Justiça/CNJ.

13/11/2025 – Reunião Ordinária do GMF/TJMG para tratar de assuntos ligados ao Sistema Prisional e ao Socioeducativo e ajustes no Plano Pena Justa – MG, com membros do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP.

14/11/2025 – Reunião com representante do GMF do Estado do Maranhão, bem como com membros do NUGEPRO, do Programa Fazendo Justiça/CNJ e da SEJUSP, para apresentação do modelo de Central de Regulação de Vagas implementado no Estado do Maranhão.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

17/11/2025 – Reunião do Contrato nº 306/2025, celebrado entre o TJMG e a empresa Kepler viagens, eventos e turismo LTDA, destinado à prestação de serviços de organização de treinamentos propostos pela FBAC, para aprimoramento do método APAC.

02/12/2025 – Reunião do CPP/MG com membros da SEJUSP, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da SEPLAG, da SES, da SEDESE, do Conedh, do COPEN e da Secretaria-Geral do Estado, bem como com a participação da Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG e do Presidente da Comissão para Assuntos Penitenciários da OAB-MG, para discutir as adequações necessárias ao Plano Pena Justa – MG, em razão das ressalvas apontadas pelo CNJ por ocasião da homologação do Plano mineiro.

05/12/2025 – Reunião com membros do NUGEPRO para monitoramento da Iniciativa 34 (promover o acompanhamento da edificação de novos Centros de Reintegração Social das APACs).

11/12/2025 – Reunião Ordinária do GMF/TJMG com membros do Programa Fazendo Justiça/CNJ.

18/12/2025 – Reunião do CPP/MG com membros da SEJUSP, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da SEPLAG, da SES, da SEDESE, do COPEN, do Conedh, da SEE e da Secretaria-Geral do Estado, bem como com a participação do Presidente da Comissão para Assuntos Penitenciários da OAB-MG e da Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, para validação do texto final do Plano Pena Justa – MG, em razão dos ajustes realizados em atendimento às observações apontadas pelo CNJ na decisão que homologou o Plano mineiro com ressalvas.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

CEIMPA

Reuniões realizadas

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025, o CEIMPA-MG realizou intensa atividade de articulação interinstitucional, totalizando 51 reuniões: 3 Assembleias Gerais (duas ordinárias e uma extraordinária), 16 reuniões dos Grupos de Trabalho (8 na fase de construção e 8 na fase de implementação do Plano de Ação), 11 reuniões das Comissões da área penal e 21 reuniões dos Subgrupos da área socioeducativa, conforme detalhamento a seguir.

Assembleias Gerais

Conforme previsto no art. 13 da Portaria Conjunta nº 1.623/PR/2024, a Assembleia Geral reúne-se duas vezes ao ano: preferencialmente no mês de fevereiro, para apresentação e aprovação do plano de ação anual, e no mês de dezembro, para apresentação e aprovação do relatório de atividades desenvolvidas. A Assembleia Geral poderá, ainda, reunir-se de forma extraordinária, sempre que necessário, para alinhamento institucional e deliberações pertinentes à Política Antimanicomial (art. 13, §2º).

No período abrangido por este relatório, foram realizadas 3 Assembleias Gerais: 2 Ordinárias e 1 Extraordinária. As Assembleias contaram com a participação de representantes dos órgãos e das entidades que compõem o CEIMPA-MG, garantindo o caráter interinstitucional das deliberações e o alinhamento entre os diversos atores envolvidos na implementação da Política Antimanicomial no Estado de Minas Gerais.

A I Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/02/25, teve como pauta a apresentação da minuta do Plano de Ação aos membros do Comitê, oportunizando a discussão coletiva das diretrizes, metas e ações propostas para o biênio.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/05/25, foi convocada especificamente para deliberação e aprovação do Plano de Ação do CEIMPA-MG, consolidando as contribuições dos Grupos de Trabalho e estabelecendo o compromisso institucional dos partícipes com sua implementação.

A II Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05/12/25, destinou-se à prestação de contas das atividades desenvolvidas pelo CEIMPA-MG ao longo do exercício, com a apresentação dos resultados alcançados e dos desafios a serem enfrentados no próximo período.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

Reuniões dos Grupos de Trabalho

Conforme previsto nos arts. 14 e 15 da Portaria Conjunta nº 1.623/PR/2024, os Grupos de Trabalho reúnem-se bimestralmente, de forma presencial ou, excepcionalmente, de forma virtual, em datas e horários definidos pela Coordenação em conjunto com os(as) membros(as) participantes.

Fase de construção do Plano de Ação (março a maio de 2025)

Antes da aprovação do Plano de Ação, ocorrida em 30/05/25, os Grupos de Trabalho realizaram reuniões preparatórias voltadas à elaboração das diretrizes e metas que comporiam o documento. Nessa fase, os GTs I e II reuniram-se de forma conjunta para a construção do Plano de Ação na área penal, enquanto o GT III reuniu-se separadamente para tratar da temática socioeducativa, somando 8 reuniões.

Foram realizadas as seguintes reuniões:

- Área Penal (GTs I e II – reuniões conjuntas): 26/03/25, 04/04/25, 05/04/25 e 09/04/25.
- GT III – Socioeducativo: 26/03/25, 04/04/25, 05/04/25 e 09/04/25.

Fase de implementação do Plano de Ação (a partir de junho de 2025)

Com a aprovação do Plano de Ação em 30/05/25, os GTs I e II passaram a se reunir separadamente, conforme a especificidade de suas respectivas atribuições, enquanto o GT III manteve sua dinâmica de reuniões independentes.

No período subsequente, os três Grupos de Trabalho realizaram 8 reuniões. O GT I (Audiência de Custódia) realizou 2 reuniões (08/07/25 e 04/11/25) para acompanhamento da implementação do fluxo da porta de entrada e articulação com os parceiros institucionais.

O GT II (Desinstitucionalização) realizou 3 reuniões (13/08/25, 07/10/25 e 02/12/25) dedicadas ao monitoramento do processo de desinstitucionalização do HCTP Jorge Vaz e do CAMP de Ribeirão das Neves, bem como à discussão das políticas de residencialidade.

O GT III (Socioeducativo) realizou 3 reuniões (10/07/25, 12/09/25 e 06/11/25) para coordenação dos trabalhos de elaboração do Diagnóstico da Atenção à Saúde Mental dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

Ao todo, no período abrangido por este relatório, foram realizadas 16 reuniões dos Grupos de Trabalho: 8 na fase de construção do Plano de Ação (4 reuniões conjuntas dos GTs I e II e 4 reuniões do GT III) e 8 na fase de implementação (2 do GT I, 3 do GT II e 3 do GT III).

Reuniões das Comissões e Subgrupos

As Comissões temáticas da área penal e os Subgrupos da área socioeducativa realizaram 32 reuniões no período.

Na área penal, as Comissões vinculadas aos GT I e GT II realizaram 11 reuniões, distribuídas da seguinte forma: Comissão Emergencial (GT II) com 2 reuniões (27/01/25 e 18/02/25); Comissão de Audiência de Custódia (GT I) com 2 reuniões (06/08/25 e 28/08/25); Comissão de Residencialidade e Moradia (GT II) com 4 reuniões (01/08/25, 22/08/25, 04/09/25 e 25/09/25); e Comissão de Saúde Mental no Sistema Prisional (GT II) com 3 reuniões (07/08/25, 03/09/25 e 16/10/25).

Registra-se que a Comissão Emergencial (GT II), preexistente ao Plano de Ação, encontra-se com reuniões suspensas desde a última reunião no mês de fevereiro. Da mesma forma, a Comissão EAP-Desint (GT II), também preexistente ao Plano, não realizou reuniões no período abrangido por este relatório. Quanto às comissões criadas após a aprovação do Plano de Ação, a Comissão de Desinstitucionalização e Interdição (GT II) e a Comissão de Prisão Preventiva e Medidas Cautelares (GT I) ainda não se reuniram.

Na área socioeducativa, os Subgrupos vinculados à Comissão de Mapeamento Diagnóstico do GT III realizaram 21 reuniões, demonstrando intenso trabalho de construção do diagnóstico: Subgrupo 1 (Diagnóstico da RAPS) com 4 reuniões (07/08/25, 28/08/25, 23/09/25 e 17/10/25); Subgrupo 2 (Diagnóstico do SUAS) com 3 reuniões (03/09/25, 02/10/25 e 28/10/25); Subgrupo 3 (Diagnóstico do Sistema Socioeducativo) com 3 reuniões (14/08/25, 04/09/25 e 29/10/25); Subgrupo 4 (Escuta de Adolescentes) com 4 reuniões (12/08/25, 09/09/25, 14/10/25 e 10/11/25); Subgrupo 5 (Escuta de Profissionais) com 3 reuniões (18/08/25, 02/09/25 e 29/10/25); e Subgrupo 6 (Mapeamento de Comunidades Terapêuticas) com 4 reuniões (21/08/25, 24/10/25, 17/11/25 e 02/12/25).

O Subgrupo 7 (Sistematização e Análise de Dados) ainda não se reuniu, em razão de a construção do diagnóstico pelos demais subgrupos encontrar-se em andamento. A sistematização das informações depende da conclusão das atividades de coleta de dados pelos Subgrupos 1 a 6.

REUNIÕES INSTITUCIONAIS

Síntese Quantitativa

O total de 51 reuniões realizadas no período evidencia o comprometimento dos partícipes do CEIMPA-MG com a construção e execução do Plano de Ação: 2 Assembleias Gerais Ordinárias (a primeira para apresentação da minuta do Plano de Ação e a segunda para prestação de contas das atividades do CEIMPA-MG), 1 Assembleia Geral Extraordinária (30/05/25, para aprovação do Plano de Ação), 16 reuniões dos Grupos de Trabalho (8 na fase de construção e 8 na fase de implementação do Plano de Ação) e 32 reuniões das Comissões e Subgrupos. Esta frequência de encontros possibilitou o avanço consistente das ações em desenvolvimento e a articulação necessária para enfrentamento dos desafios identificados.

ATOS NORMATIVOS

Em 2025, foram publicados atos normativos relativos à execução penal e à gestão do sistema prisional, incluindo alterações em provimentos e edição de portarias conjuntas para regulamentação de procedimentos, destinação de recursos de prestações pecuniárias e organização de vagas em unidades prisionais e Centros de Reintegração Social geridos pelas APACs.

Tais medidas refletem o esforço institucional de aprimoramento da governança, padronização de procedimentos e promoção da segurança jurídica na execução penal.

Publicação da alteração do art. 452 do Provimento Conjunto CGJ 355/2018, para estabelecer prazo para os juízes reverem as decisões de interdição administrativa em unidades prisionais.

Publicação da alteração do Provimento Conjunto 144/2025 que regulamenta o recolhimento e a destinação dos recursos oriundos de prestações pecuniárias objeto de transação penal, acordos de não persecução penal, suspensão condicional do processo e sentença condenatória e Portaria 8377/2025 que complementa a regulação referente ao recolhimento e à destinação dos recursos oriundos de prestação pecuniária objeto de transações penais, acordos de não persecução penal, suspensão condicional do processo e sentenças condenatórias no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Publicação da Portaria Conjunta nº 49/PR-TJMG/2024, que dispõe sobre diretrizes para a ocupação, o trânsito, o apoio, a escolta e o preenchimento das vagas destinadas ao cumprimento de pena privativa de liberdade nos regimes fechado e semiaberto nos Centros de Reintegração Social, geridos pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados do Estado de Minas Gerais.

PUBLICAÇÕES

Esta seção registra as principais publicações institucionais do GMF em 2025, veiculadas nos canais oficiais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

As matérias divulgadas demonstram a atuação do Grupo em eventos, reuniões, ações interinstitucionais e iniciativas de promoção de direitos fundamentais, atenção a egressos do sistema prisional e fortalecimento das políticas públicas judiciais no âmbito penal e socioeducativo.



Roda de conversa conduzida a partir de práticas restaurativas, a fim de garantir um ambiente de confiança e um espaço de escuta para quem vive efetivamente a situação de rua. A juíza coordenadora executiva do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) do TJMG, Solange de Borba Reimberg, atuou como facilitadora.

PUBLICAÇÕES

Governo de MG lança edital que amplia atendimento a dependentes químicos

O superintendente do GMF, desembargador José Luiz de Moura Faleiros, participou do evento

30/01/2025 - Atualizado em 30/01/2025

Número de Visualizações: 563



Lançamento do edital que deve ampliar o atendimento a dependentes químicos foi conduzido pelo vice-governador Mateus Simões (Crédito: Tiago Ciccarini/Sejusp)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/governo-de-mg-lanca-edital-que-amplia-atendimento-a-dependentes-quimicos-8ACC82F994B3D7FF0194B8EF97814B16-00.htm>

O superintendente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador José Luiz de Moura Faleiros, participou, na quarta-feira (29/1), do lançamento do edital de credenciamento do programa Rede Complementar, do governo mineiro. O evento foi realizado na Cidade Administrativa e contou com a presença, entre outras autoridades, do vice-governador, Mateus Simões.

PUBLICAÇÕES

GMF/TJMG promove primeira reunião ordinária de 2025

Encontro fez parte de ações integradas ao plano nacional "Pena Justa", do CNJ

12/02/2025 - Atualizado em 12/02/2025

Número de Visualizações: 927



Magistradas e magistrados que integram o GMF/TJMG se reuniram para tratar de ações integradas ao plano nacional "Pena Justa", do CNJ (Crédito: Cecília Pederzoli / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-tjmg-promove-primeira-reuniao-ordinaria-de-2025-8ACC815994F7DED40194FBA91A140C86-00.htm>

Magistradas e magistrados que integram o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) se reuniram, nesta quarta-feira (12/2), para a primeira reunião ordinária de 2025.

O encontro, que faz parte das ações integradas ao plano nacional "Pena Justa", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi conduzido pelo superintendente do GMF/TJMG, desembargador José Luiz de Moura Faleiros, e pela coordenadora do Grupo, juíza Solange de Borba Reimberg, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Uberaba.

PUBLICAÇÕES

TJMG participa do seminário "Criança e Direitos: como prevenir violências na primeira infância"

Evento conta com apoio da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal

18/02/2025 - Atualizado em 18/02/2025

Número de Visualizações: 515



Seminário "Criança e Direitos: como prevenir violências na primeira infância", realizado pela ONG Cecip, tem o apoio do TJMG, por meio da Coinj (Crédito: Gláucia Rodrigues / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-participa-do-seminario-crianca-e-direitos-como-prevenir-violencias-na-primeira-infancia-8ACC815994F7DED401951A8C431B652F-00.htm>

Com apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), foi realizado no dia (18/2) o Seminário "Criança e Direitos: como prevenir violências na primeira infância", que faz parte da Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância, conforme estabelecido pela Resolução nº 470/2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A superintendente da Coinj, Desembargadora Alice Birchall, representou o Presidente do TJMG, Desembargador Corrêa Júnior, na abertura do evento.

O terceiro painel do Seminário contou com a participação do Juiz de Direito José Roberto Poiani, membro da COINJ/TJMG e integrante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) para assuntos relacionados ao Sistema Socioeducativo, que tratou do Plano Estadual do Judiciário para a Primeira Infância.

PUBLICAÇÕES

GMF do TJMG recebe visita de comitiva do Tribunal de Justiça da Paraíba

Integrantes da Corte paraibana vieram conhecer as práticas mineiras no Sistema Socioeducativo

19/02/2025 - Atualizado em 20/02/2025

Número de Visualizações: 391



Integrantes do GMF do TJMG com a comitiva do Tribunal de Justiça da Paraíba (Crédito: Gláucia Rodrigues / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-do-tjmg-recebe-visita-de-comitiva-do-tribunal-de-justica-da-paraiba.htm>

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) recebeu no dia 19/02, visita de cortesia de integrantes do GMF do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB). O objetivo do encontro foi promover troca de ideias e de conhecimento entre os dois grupos.

Estiveram presentes na reunião o Superintendente do GMF/TJMG, Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, o Juiz de Direito integrante da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG e Coordenador Executivo do Sistema Socioeducativo do GMF/TJMG, Dr. José Roberto Poiani; a Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Sr^a. Cyntia Águido; o Juiz de Direito Coordenador Adjunto do GMF/TJPB, Dr. Hugo Gomes Zaher, a Assistente de Apoio Administrativo do GMF/TJPB, Sr^a Gabriella Guedes; e a Assistente Social do GMF/TJPB, S^a. Mayara Lima e servidores do GMF/TJMG.

PUBLICAÇÕES



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF), promoveu no dia 20/2, a abertura do Simpósio "Políticas Judiciárias na Socioeducação".

O evento foi transmitido pelo canal oficial da EJEF no YouTube e reuniu, presencialmente, Magistradas e Magistrados com competência em matéria de Infância e Juventude em Minas Gerais, que possuem unidade de execução de medida socioeducativa em meio fechado (internação e semiliberdade) em sua jurisdição; com atuação em Vara da Infância e da Juventude de Entrância Especial e os responsáveis pela execução de medidas em meio aberto.

A abertura do Simpósio contou com a presença da Desembargadora Valéria Rodrigues, representando o Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Júnior, do 2º Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna; do 3º Vice-Presidente do TJMG, Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima; do Supervisor do GMF/TJMG, Desembargador José Luiz de Moura Faleiros; da Superintendente da Coordenadoria da Infância e Juventude (Coinj), Desembargadora Alice de Souza Birchal, do Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dr. Edinaldo César Santos Júnior, além de Magistrados e autoridades do Poder Executivo, Ministério Público e Defensoria Pública de Minas Gerais.

PUBLICAÇÕES

1ª Vice-Presidência desenvolve projeto voltado à população carcerária de Minas Gerais

Sistema fornecerá indicadores e informações detalhadas sobre ocupação prisional

21/02/2025 - Atualizado em 21/02/2025

Número de Visualizações: 452



Em reunião na 1ª Vice-Presidência do TJMG foi apresentado o software que tem o objetivo de aprimorar o controle e a gestão da população carcerária no Estado (Crédito: Euler Junior / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/1-vice-presidencia-desenvolve-projeto-voltado-a-populacao-carceraria-de-minas-gerais-8ACC8159951BB718019528ADDB7C4735-00.htm>

A 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) desenvolveu projeto para implantação do Sistema de Controle de População Carcerária (SPC). A apresentação da proposta ocorreu na quinta-feira (20/2), em reunião no gabinete do 1º vice-presidente, desembargador Marcos Lincoln dos Santos.

Segundo o supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) do TJMG, desembargador José Luiz de Moura Faleiros, o objetivo é uniformizar o cadastramento da população carcerária e das vagas no sistema prisional.

PUBLICAÇÕES



A coordenadora-geral do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Desembargadora Márcia Maria Milanez, representou o Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, na abertura do "Encontro dos Encarregados Administrativos", promovido no dia 25/3 pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).

O evento, que contou com a participação realizado nas dependências do Centro de Reintegração Social da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Belo Horizonte, reuniu representantes do Poder Judiciário e de Apacs de todo o País para discutir a gestão administrativa e disciplinar das unidades, os avanços tecnológicos e as ferramentas para o desenvolvimento dos trabalhos.

Estiveram presentes no evento, compondo o dispositivo de honra, o Juiz de Direito Consuelo Silveira Neto, Coordenador Executivo do Segmento Apac/GMF, o Juiz de Direito Daniel Dourado Pacheco, da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Belo Horizonte e integrante do GMF, a Dr^a. Ana Paula Carvalho Starling Brag, Defensora Pública e Conselheira da FBAC, a Dr^a. Tatiana Faria, Diretora-geral da FBAC e a Sr^a. Maria Geralda Vilela Cupertino, Presidente da Apac Feminina de Belo Horizonte.

PUBLICAÇÕES

GMF participa do Encontro Nacional de Juízes e Juízas Estaduais de Execução Penal

Evento foi realizado em Brasília, pelo CNJ, como parte do Projeto "Mentes Literárias"

01/04/2025 - Atualizado em 01/04/2025

Número de Visualizações: 503



Encontro Nacional de Juízes e Juízas Estaduais de Execução Penal foi sediado no Conselho Nacional do Ministério Público (Crédito: Divulgação / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-participa-do-encontro-nacional-de-juizes-e-juizas-estaduais-de-execucao-penal-8ACC815995EC76E00195F2E7FFA80876-00.htm>

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do seu Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF), participou, na segunda-feira (31/3), do Encontro Nacional de Juízes e Juízas Estaduais de Execução Penal, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. O evento foi sediado no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Pelo TJMG estiveram presentes o Superintendente e Supervisor do GMF, Desembargador José Luiz de Moura Faleiros; a Coordenadora do Grupo, Juíza de Direito Solange de Borba Reimberg; a Coordenadora-Adjunta do GMF, Juíza de Direito Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy e os Juízes de Direito Colaboradores do GMF, Dr. Consuelo Silveira Neto, Coordenador-Executivo das atividades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e Dr. Wagner de Oliveira Cavalieri.

PUBLICAÇÕES

GMF do TJMG realiza segunda reunião ordinária de 2025

Entre temas tratados estavam o Plano "Pena Justa" e o jubileu de prata do PAI-PJ

02/04/2025 - Atualizado em 02/04/2025

Número de Visualizações: 410



A segunda reunião ordinária de 2025 do GMF/TJMG tratou de vários temas, incluindo o Plano "Pena Justa" e os 25 anos do PAI-PJ (Crédito: Cecília Pederzoli / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-do-tjmg-realiza-segunda-reuniao-ordinaria-de-2025-8ACC80ED95F6C5ED0195F7E80C67145B-00.htm>

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou no dia 2/4, sua segunda reunião ordinária de 2025.

Em pauta, temas ligados ao Sistema Socioeducativo e à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac); desdobramentos da primeira reunião realizada de 12/2; e a celebração do jubileu de prata do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), marcada para o dia 3/4, no Auditório do Tribunal Pleno do TJMG, além de assuntos ligados à elaboração do Plano Pena Justa – MG.

PUBLICAÇÕES



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou no dia 3/4 a Solenidade Comemorativa do Jubileu de Prata do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (Pai-PJ), que completou 25 anos de existência. O evento foi conduzido pelo presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, no Tribunal Pleno, Edifício-Sede da Corte Mineira, em Belo Horizonte.

Durante a solenidade, foram homenageados os envolvidos com o Programa ao longo de sua história. Eles receberam uma moeda comemorativa do Jubileu de Prata. O Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF), Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, classificou o Jubileu de Prata do Programa Pai-PJ como um momento muito importante para o TJMG e para a prestação jurisdicional em Minas Gerais.

PUBLICAÇÕES

Ceimpa-MG avança na elaboração do Plano de Ação 2025

Foco do documento é a política antimanicomial

09/04/2025 - Atualizado em 09/04/2025

Número de Visualizações: 654



Grupo de Trabalho III do Ceimpa-MG, que discutiu a área Socioeducativa (Crédito: TJMG / Divulgação)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/ceimpa-mg-avanca-na-elaboracao-do-plano-de-acao-2025-8ACC81599617716601961C807FE650DF-00.htm>

Em reuniões realizadas no dia 9/4, os Grupos de Trabalho do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (Ceimpa-MG) concluíram importante etapa na elaboração do Plano de Ação 2025, que necessita apenas de ajustes finais antes de sua aprovação definitiva.

O documento, fruto de intenso trabalho colaborativo, representa um marco na humanização do Sistema de Justiça mineiro no tratamento de pessoas com sofrimento psíquico. A Coordenadora-Geral do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) e Coordenadora do Ceimpa-MG, Desembargadora Márcia Maria Milanez, destacou a importância do trabalho realizado.

PUBLICAÇÕES

Comitiva da República Tcheca realiza visita ao TJMG

Grupo está em Minas conhecendo as Apacs e veio ao Tribunal saber mais sobre o GMF

15/05/2025 - Atualizado em 15/05/2025

Número de Visualizações: 459



Comitiva da República Tcheca foi recebida no Gabinete da Presidência do TJMG nesta quinta-feira (15/5) (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comitiva-da-republica-tcheca-realiza-visita-ao-tjmg-8ACC80ED966A02FC0196D51E0A685F6A-00.htm>

Uma comitiva da República Tcheca, formada por representantes do Serviço Prisional Tcheco e de entidades relacionadas à área, realizou, no dia 15/5, visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), para conhecer o trabalho prestado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF).

A comitiva, recebida pelo Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, foi formada pela presidente da Organização Não Governamental (ONG) Prison Fellowship na República Tcheca, Gabriela Kabátová; pelo diretor do Serviço Prisional tcheco, Tomas Olsar; pelo diretor da prisão aberta de Jirice, Zdenek Herman; e pelo membro da Prison Fellowship da República Tcheca, David Svacina, que também conheceram o funcionamento da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) em Minas Gerais.

PUBLICAÇÕES

Comitiva do Tribunal de Justiça do Acre realiza visita institucional ao GMF do TJMG

Representantes do GMF/TJAC vieram conhecer as boas práticas da Corte mineira

19/05/2025 - Atualizado em 19/05/2025

Número de Visualizações: 472



Integrantes do GMF/TJMG receberam a comitiva do GMF/TJAC, nesta segunda-feira (19/5), para apresentação das boas práticas realizadas pelo Judiciário estadual (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comitiva-do-tribunal-de-justica-do-acre-realiza-visita-institucional-ao-gmf-do-tjmg-8ACC815996B2B46A0196E9E6B9BE4A75-00.htm>

Uma comitiva formada por representantes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) realizou, no dia 19/5, visita institucional ao GMF do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Eles vieram ao Estado para conhecer as boas práticas da Corte mineira na área.

A comitiva foi composta pelo Supervisor do GM/TJAC, Desembargador Francisco Djalma da Silva; pelo Subcoordenador e integrante do GMF acreano, Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo; pelo Juiz de Direito Eder Jacoboski Viegas; pela Secretária Executiva do GMF/TJAC, Débora da Silva Cardoso Nogueira e pela Assistente do Programa "Fazendo Justiça" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Sr^a. Rúbia Evangelista

Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais se reúne para traçar políticas penitenciárias

Encontro integra etapa do Programa Pena Justa que visa melhorar a execução penal no país

19/05/2025 - Atualizado em 19/05/2025

Número de Visualizações: 1473



Representantes do Comitê de Políticas Penais do Estado de Minas Gerais se reuniram para traçar as primeiras ações a serem apresentadas ao Programa Pena Justa (Crédito: Juarez Rodrigues/ TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comite-de-politicas-penais-de-minas-gerais-se-reune-para-tracar-novas-politicas-penitenciarias-8ACC80ED966A02FC0196EACDD68B4D04-00.htm>

O Comitê de Políticas Penais do Estado de Minas Gerais se reuniu pela primeira vez no dia 19/5 para traçar as primeiras ações a serem apresentadas, no mês de agosto, relativas ao Programa Pena Justa, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com o objetivo de melhorar a infraestrutura dos presídios brasileiros, promover a dignidade da população carcerária e combater a proliferação do crime organizado.

Em Minas Gerais, o Comitê de Políticas Penais é coordenado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF), e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, e conta com a participação do Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Departamento Penitenciário, integrantes da sociedade civil, entre outras instituições.

Comitê de Política Antimanicomial aprova Plano de Ação na I Assembleia Geral Extraordinária

Documento foi elaborado de forma coletiva pelos Grupos de Trabalho do Ceimpa-MG

02/06/2025 - Atualizado em 02/06/2025

Número de Visualizações: 580



Representantes de instituições que compõem o Ceimpa-MG aprovaram, por aclamação, na I Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Ação do Comitê (Crédito: TJMG / Divulgação)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comite-de-politica-antimanicomial-aprova-plano-de-acao-na-i-assembleia-geral-extraordinaria-8ACC808B970F678401973153584E0B81-00.htm>

O Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (Ceimpa-MG) aprovou, no dia 30/5, seu Plano de Ação para o biênio 2025-2026. A aprovação ocorreu durante a I Assembleia Geral Extraordinária, realizada no Auditório da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), com participação de representantes de instituições que compõem o Ceimpa-MG.

O documento, aprovado por aclamação, estabelece diretrizes e ações concretas para o fortalecimento e implementação da Política Antimanicomial em todo o Estado. O plano foi elaborado de forma coletiva e participativa pelos Grupos de Trabalho do Comitê, abrangendo tanto as áreas Penal e Socioeducativa.

A coordenadora do Ceimpa-MG e Coordenadora-Geral do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), Desembargadora Márcia Maria Milanez, destacou a relevância da aprovação do documento.

PUBLICAÇÕES

Jovens do Sistema Socioeducativo gravam cartas de outras adolescentes na mesma situação

Iniciativa inédita do CNJ promove diálogo entre o Poder Judiciário e as juventudes

09/06/2025 - Atualizado em 09/06/2025

Número de Visualizações: 1008



Projeto do CNJ transforma em áudio cartas escritas por adolescentes em cumprimento de medidas de internação e semiliberdade em todo o Brasil (Crédito: TJMG / Divulgação)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/jovens-do-sistema-socioeducativo-gravam-cartas-de-outras-adolescentes-na-mesma-situacao.htm>

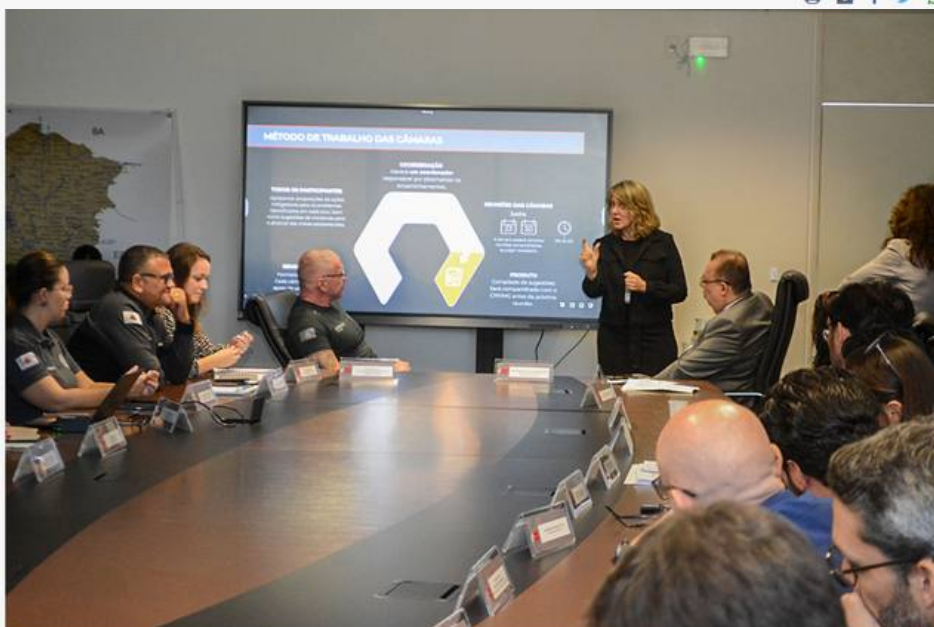
Em uma iniciativa pioneira, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Minas Gerais e no Paraná gravam em áudio cartas escritas por jovens de todo o País que se encontram em situação similar. O projeto, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), integra uma publicação sobre protagonismo juvenil que será lançada em breve.

Comitê de Políticas Penais define cronograma para apresentação do Plano Estadual Pena Justa

Também foram criadas Câmaras Temáticas e definidos seus integrantes

11/06/2025 - Atualizado em 12/06/2025

Número de Visualizações: 948



Na reunião do Comitê foram criadas Câmaras Temáticas, que ajudarão na elaboração do Plano Estadual Pena Justa (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comite-de-politicas-penais-define-cronograma-para-apresentacao-do-plano-estadual-pena-justa.htm>

O Comitê de Políticas Penais do Estado de Minas Gerais, reuniu-se pela segunda vez no dia 11/6 para definir as principais ações a serem apresentadas, em agosto, relativas ao Plano Pena Justa, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

No encontro do Comitê, realizado no Prédio Alterosas, na Cidade Administrativa, participaram cerca de 30 pessoas, representando diversos segmentos da sociedade e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Minas Gerais. Na ocasião, foi aprovado o regimento interno do Plano Estadual Pena Justa e sugerida a composição das Câmaras Temáticas. Também foram apresentadas a matriz de implementação e a situação do Sistema Prisional conforme os Poderes Judiciário e Executivo.

PUBLICAÇÕES

Novas Apacs e Plano Pena Justa são discutidos em reunião do GMF

Plano de Ação do Comitê de Implantação da Política Antimanicomial também esteve na pauta

12/06/2025 - Atualizado em 12/06/2025

Número de Visualizações: 394



Magistrados e assessores do GMF/TJMG se reuniram para debater temas dos eixos prisional, PAJ-PJ, socioeducativo e Apac (Crédito: Riva Moreira/TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/novas-apacs-e-plano-pena-justa-sao-discutidos-em-reuniao-da-gmf-8ACC808B970F678401976561A2853008-00.htm>

Magistrados do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) participaram, no dia 12/6, de reunião ordinária na sede do GMF para debater assuntos relativos ao sistema prisional e socioeducativo. Um dos temas discutidos foi a construção de novas unidades de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) em Minas Gerais.

PUBLICAÇÕES

Atendimento socioeducativo é tema de reunião entre GMF, Coinj e CIA-BH

Estratégias para melhorar a reinserção social de adolescentes apreendidos foram discutidas

17/06/2025 - Atualizado em 17/06/2025

Número de Visualizações: 455



GMF, Coinj e CIA-BH se reúnem para discutir atendimento socioeducativo (Crédito: GMF)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/atendimento-socioeducativo-e-tema-de-reuniao-entre-gmf-coinj-e-cia-bh-8ACC808B970F678401977E7AC7976DA0-00.htm>

No dia 13/6, Magistrados da área socioeducativa do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) participaram de reunião com a Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) e Magistrados que atuam na Vara Infracional do Centro Integrado de Atendimento a Adolescentes de Belo Horizonte (CIA-BH) para discutir o fortalecimento e a qualificação do atendimento prestado aos adolescentes apreendidos em cumprimento de medidas socioeducativas na capital.

Durante o encontro, foram abordados temas como a necessidade de maior integração entre os atores do sistema de justiça, o fortalecimento da atuação judicial no CIA-BH e a inclusão de práticas na Vara Infracional nos cursos de formação inicial da magistratura.

PUBLICAÇÕES



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF), iniciou os preparativos para a participação na 4ª edição do projeto “Caminhos Literários no Socioeducativo: pelo direito à cultura”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto traz o tema “Adolescências em Cena”, destacando o papel do audiovisual e das expressões culturais juvenis na construção de identidade, pertencimento e cidadania. No dia 16/6, uma reunião virtual foi realizada com representantes do GMF e das unidades socioeducativas do Estado para alinhar as ações que serão desenvolvidas. A condução dos trabalhos ficou a cargo do coordenador do GMF no setor Socioeducativo, Juiz de Direito José Roberto Poiani.

PUBLICAÇÕES



As novas instalações da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) de Teófilo Otoni foram inauguradas no dia 27/6. O novo Centro de Reintegração Social masculino conta com capacidade para até 200 recuperandos.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, a Coordenadora-Geral do Programa de Assistência Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), Desembargadora Márcia Milanez, e o Diretor do Foro da Comarca de Teófilo Otoni, Juiz de Direito Renzzo Giacomo Ronchi, receberam uma placa em agradecimento pelo apoio à inauguração.

PUBLICAÇÕES

Reunião discute aprimoramento do atendimento socioeducativo

Discussão envolveu o GMF, a Coinj e a Vara Infracional da capital mineira

04/07/2025 - Atualizado em 07/07/2025

Número de Visualizações: 233



Magistrados debateram projetos já existentes e possibilidades de melhorias em suas atuações (Crédito: Divulgação GMF/ TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/reuniao-discute-aprimoramento-do-atendimento-socioeducativo-8ACC81FA9785BF9E0197D6A4B9A234B3-00.htm>

Magistrados da área socioeducativa do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) se reuniram com integrantes da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG e colegas que atuam na Vara Infracional do Centro Integrado de Atendimento a Adolescentes de Belo Horizonte (CIA-BH).

A reunião reforçou o compromisso do TJMG com a promoção de uma política pública socioeducativa mais eficaz, integrada e voltada à proteção integral dos adolescentes.

PUBLICAÇÕES



Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/debate-publico-colhe-sugestoes-para-plano-estadual-pena-justa-8ACC81FA9785BF9E0197E764A89E18CD-00.htm>

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou, na segunda-feira (7/7), um debate público voltado para a elaboração do Plano Estadual Pena Justa com a participação de autoridades e representantes da sociedade civil.

O Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e integrante do GMF, Dr. Marcelo Rodrigues Fioravante, representou o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Desembargador Luiz Carlos Corrêa Júnior, no evento público.

PUBLICAÇÕES

TJMG participa de reunião do Colégio Permanente de Supervisores dos GMFs

Encontro discutiu o plano "Pena Justa", do CNJ

15/07/2025 - Atualizado em 15/07/2025

Número de Visualizações: 182



A reunião do Conasup-GMF foi realizada na sede do TJGO, na segunda-feira (14/7) (Crédito: TJGO / Divulgação)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-participa-de-reuniao-do-colegio-permanente-de-supervisores-dos-gmfs-8ACC81FA97F2495E01980FB8593C7C08-00.htm>

O Colégio Permanente de Supervisores dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (Conasup-GMF) realizou, no dia 14/7, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), em Goiânia, reunião ordinária.

O superintendente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (GMF/TJMG), Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, e a Coordenadora do Grupo, Juíza de Direito Solange de Borba Reimberg, participaram do evento.

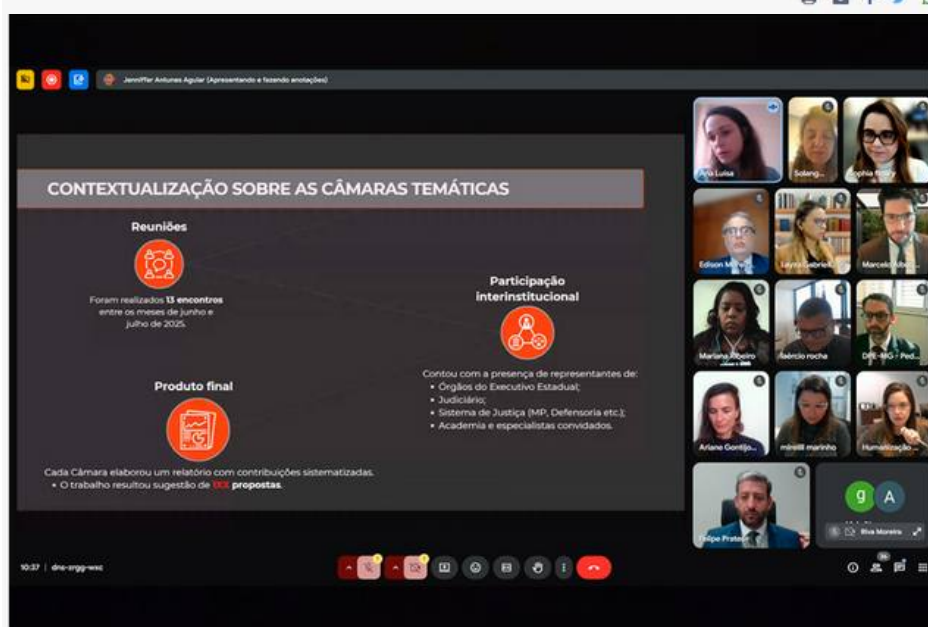
PUBLICAÇÕES

Comitê de Políticas Penais de Minas se reúne para elaboração do Plano Pena Justa

Documento final do plano estadual será apresentado no dia 30/7

17/07/2025 - Atualizado em 18/07/2025

Número de Visualizações: 692



Primeira reunião virtual do Comitê de Políticas Penais validou contribuições recebidas para elaboração do Plano Pena Justa (Crédito: Divulgação / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comite-de-politicas-penais-de-minas-se-reune-para-elaboracao-do-plano-pena-justa.htm>

O Comitê de Políticas Penais do Estado de Minas Gerais realizou no dia 17/7, a primeira de três reuniões virtuais para consolidação do documento final do Plano Estadual Pena Justa, iniciativa vinculada ao plano nacional coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A proposta do plano é contribuir para a superação do estado de coisas inconstitucional declarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de ações voltadas à melhoria da ambiência prisional, promoção da dignidade das pessoas privadas de liberdade e enfrentamento das causas estruturais da seletividade penal e do crime organizado.

Comitê de Políticas Penais aprova propostas para o Plano Estadual Pena Justa

Contribuições da sociedade civil e de instituições foram analisadas e integradas ao plano

24/07/2025 - Atualizado em 25/07/2025

Número de Visualizações: 588



Comitê de Políticas Penais do Estado analisou, nesta quinta-feira (24/7), em reunião virtual, as contribuições recebidas por meio da consulta pública do Plano Pena Justa (Crédito: Divulgação/TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comite-de-politicas-penais-aprova-propostas-para-o-plano-estadual-pena-justa-8ACC808B97F24C2801983E87F84D3139-00.htm>

O Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais realizou no dia 24 de julho, sua 3ª Reunião Ordinária com foco na finalização do Plano Estadual de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões – Pena Justa. A pauta incluiu a votação das propostas recebidas por meio da consulta pública, do debate com organizações da sociedade civil, do formulário técnico e das câmaras temáticas interinstitucionais.

A construção do plano é articulada pelo Poder Executivo Estadual, pelo Judiciário, por órgãos do Sistema de Justiça e por entidades da Sociedade Civil, reforçando o compromisso coletivo com a superação das violações históricas no sistema prisional.

PUBLICAÇÕES

GMF realiza visita à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais

Encontro tratou do Plano Estadual Pena Justa

25/07/2025 - Atualizado em 28/07/2025

Número de Visualizações: 345

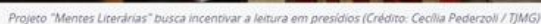


Representantes do GMF/TJMG, do MPMG e da Sejusp na reunião que tratou do Plano Estadual Pena Justa (Crédito: Eric Bezerra / MPMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-realiza-visita-a-procuradoria-geral-de-justica-de-minas-gerais-8ACC808B97F24C280198436262456A6B-00.htm>

O superintendente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, realizou no dia 25/7, visita institucional ao Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Dr. Paulo de Tarso Morais Filho. Um dos principais pontos discutidos foi o andamento do Plano Estadual Pena Justa, iniciativa construída de forma colaborativa pelos Poderes Judiciário e Executivo e pelo MPMG.

A reunião contou com a presença da Coordenadora do GMF/TJMG, Juíza de Direito Solange de Borba Reimberg, do Secretário de Estado Adjunto de Justiça e Segurança Pública, Coronel BM Edgard Estevo da Silva, além de representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).



PÁGINA
69

PUBLICAÇÕES

Comitiva do Tribunal de Justiça da Bahia visita Apac Feminina de BH

Objetivo é conhecer a metodologia de sucesso e expandi-la em comarcas baianas

29/07/2025 - Atualizado em 30/07/2025

Número de Visualizações: 544



Ao lado da desembargadora Márcia Milanez (segunda da direita para esquerda), a comitiva visitou a Apac Feminina de BH (Crédito: Gláucia Rodrigues / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comitiva-do-tribunal-de-justica-da-bahia-visita-apac-feminina-de-bh-8ACC808B97F24C280198581A68F401AC-00.htm>

Uma comitiva do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) visitou, no dia 29/07, a Associação de Proteção aos Condenados (Apac) Feminina, em Belo Horizonte. O objetivo da visita foi levantar informações e conhecer de perto o método de ressocialização empregado na unidade, com o objetivo de replicá-lo em comarcas do estado baiano.

PUBLICAÇÕES

Comitê de Políticas Penais aprova versão final do Plano Estadual Pena Justa

Documento será assinado por autoridades estaduais no dia 5 de agosto

30/07/2025 - Atualizado em 30/07/2025

Número de Visualizações: 643



Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais aprovou o documento final do Plano Estadual Pena Justa (Crédito: Cecilia Pederzoli / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comite-de-politicas-penais-aprova-versao-final-do-plano-estadual-pena-justa-8ACC81FA9858714E01985D457D8B1168-00.htm>

O Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais aprovou no dia 30/7, em reunião virtual, o documento final do Plano Estadual de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões (Plano Estadual Pena Justa).

Esta é a última etapa antes da solenidade de assinatura do plano, marcada para o dia 5 de agosto, ocasião em que o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, e o governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, oficializarão o compromisso com a iniciativa.

PUBLICAÇÕES

TJMG e Poder Executivo de Minas assinam versão final do Plano Estadual Pena Justa

Documento agora será apresentado ao Supremo Tribunal Federal para ser homologado

05/08/2025 - Atualizado em 06/08/2025

Número de Visualizações: 1443



O presidente Corrêa Junior e o governador Romeu Zema assinaram o documento a ser entregue ao STF (Crédito: Euler Junior / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-e-governo-de-minas-assinam-versao-final-do-plano-estadual-pena-justa-8ACC808B97F24C2801987CB78DD46C04-00.htm>

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, e o governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, assinaram no dia 5/8 a versão final do Plano Estadual “Pena Justa”, instrumento criado para o enfrentamento ao estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras.

O documento, fruto de intensos debates e articulações entre diversas instituições e a sociedade civil, será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para homologação, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As metas estabelecidas deverão ser executadas ao longo dos próximos três anos. O objetivo central é reestruturar o sistema prisional, combater violações de direitos fundamentais e fortalecer medidas de ressocialização, em consonância com a Constituição Federal de 1988.

PUBLICAÇÕES

Link: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-do-tjmg-recebe-visita-de-comitiva-uruguaia-8ACC81FA9881AE6801989F7A400906F3-00.htm>



GMF do TJMG recebe visita de comitiva uruguaia

Representantes estão em Minas para conhecer a atuação do Grupo de Monitoramento e a metodologia Apac.

12/08/2025 - Atualizado em 13/08/2025

Número de Visualizações: 287



Comitiva uruguaia visitou o TJMG para saber mais sobre o sistema prisional do estado e a metodologia Apac (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-do-tjmg-recebe-visita-de-comitiva-uruguaia-8ACC81FA9881AE6801989F7A400906F3-00.htm>

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) recebeu, no dia 11/8, visita da comitiva do Serviço Prisional do Uruguai. A delegação veio conhecer o trabalho desenvolvido pelo GMF e se informar sobre o funcionamento da metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac).

O superintendente do GMF, Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, recebeu a comitiva formada pela Diretora do Sistema Prisional do Uruguai, Ana Claudia Juanche Molina; pela Assessora do Ministério do Interior do Uruguai, Ana Vigna Bejeréz, com atuação nas áreas de Segurança Pública, Monitoramento de Informações e Sistema Penitenciário; e pelo Presidente da Confraternidade Carcerária do Uruguai e Diretor-Executivo da ONG Vida Nova Uruguai, Wilson Brun.

PUBLICAÇÕES

Conselheiro do CNJ visita Apac Feminina em Belo Horizonte

Supervisor do DMF destacou a metodologia humanizada e o baixo índice de reincidência do sistema Apac

02/09/2025 - Atualizado em 02/09/2025

Número de Visualizações: 519



O superintendente do GMF/TJMG, desembargador José Luiz de Moura Faleiros, destacou que a Apac já é referência no Brasil e no mundo, com unidades na Europa, América do Sul, México e América do Norte (Crédito: Euler Junior / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/conselhoiro-do-cnj-visita-apac-feminina-em-belo-horizonte-8ACCB1FA98F79E3801990C8A3BD5752A-00.htm>

O Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselheiro José Edivaldo Rocha Rotondano, visitou no dia 2/9 a APAC feminina de Belo Horizonte.

O conselheiro do CNJ foi recebido pelo Superintendente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, pelo Coordenador-Executivo do segmento Apac do GMF/TJMG, Juiz de Direito Consuelo Silveira Neto e pelo Juiz de Direito da Vara de Execução Criminal da Comarca de Belo Horizonte e integrante do GMF, Juiz de Direito Daniel Dourado Pacheco.

PUBLICAÇÕES

TJMG inicia "Encontro de Juízes e Juízas Criminais e de Execução Penal: Plano Pena Justa em Ação"

Evento é voltado a magistrados de Varas de Execução Penal e corregedores de presídios

04/09/2025 - Atualizado em 04/09/2025

Número de Visualizações: 542



"Encontro de Juízes e Juízas Criminais e de Execução Penal: Plano Pena Justa em Ação" foi iniciado nesta quinta-feira (4/9) (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-inicia-encontro-de-juizes-e-juizas-criminais-e-de-execucao-penal-plano-pena-justa-em-acao-8ACC808B990CBDAF019915F1856B4113-00.htm>

Foi iniciado, no dia 4/9, o "Encontro de Juízes e Juízas Criminais e de Execução Penal: Plano Pena Justa em Ação", promovido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF).

Voltada a magistrados que atuam nas Varas de Execução Penal do Estado e corregedores de unidades prisionais, a iniciativa visa capacitar os participantes no aprimoramento da atuação no enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas prisões, por meio da aplicação dos fundamentos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, da adoção de práticas alinhadas aos Eixos 1 a 4 do Plano Estadual Pena Justa e da articulação com os órgãos responsáveis pela governança do Sistema Penal.

PUBLICAÇÕES

TJMG inicia projeto "Mentes Literárias", do CNJ, em Ribeirão das Neves

Ação no Complexo Penitenciário promoveu Rodas de Leitura e lançamento de livros escritos por pessoas privadas de liberdade

05/09/2025 - Atualizado em 08/09/2025

Número de Visualizações: 1065



"Mentes Literárias" busca fomentar práticas educativas voltadas à leitura e à edição de livros para ressocialização dos indivíduos com restrição de liberdade (Crédito: Juarez Rodrigues / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-inicia-projeto-mentes-literarias-do-cnj-em-ribeirao-das-neves-8ACCB1FA991BBBF901991BEE6B426A4B-00.htm>

O Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), lançou, no dia 5/9, o projeto “Mentes Literárias: da Magia dos Livros à Arte da Escrita” no Complexo Penitenciário Público-Privado 1, na Comarca de Ribeirão das Neves.

A iniciativa busca fomentar práticas sociais educativas, com foco na remição de pena e ressocialização de pessoas privadas de liberdade e na concretização das normas constitucionais. Na oportunidade, além da Roda de Leitura, com a obra SÍNDROME DE POTIFAR, do autor Ernesto Lipmann, foram lançados dois livros, sendo “Resgate Familiar e Prisão” e “Bullying Social e Reinserções”, ambos produzidos por internos.

PUBLICAÇÕES



O programa "Interlocução", produzido pela Diretoria Executiva de Comunicação (Dircom) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), apresentou um debate sobre o Plano Pena Justa, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela União com o apoio de diversos parceiros institucionais e da sociedade civil.

Foram convidados o Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), José Edivaldo Rocha Rotondano, e o Superintendente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do TJMG, Desembargador José Luiz de Moura Faleiros.

PUBLICAÇÕES

TJMG e Sejusp discutem fortalecimento da política antimanicomial

Reunião de alinhamento ocorreu na Central das Garantias de BH

19/09/2025 - Atualizado em 23/09/2025

Número de Visualizações: 526



Segundo o coordenador executivo do PAI-PJ, juiz Afrânio Nardy, foi possível identificar lacunas para o atendimento dos custodiados com sofrimento psíquico (Crédito: TJMG / Divulgação)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/visita-tecnica-discute-fortalecimento-da-politica-antimanicomial-nas-audiencias-de-custodio-8ACC8219993B1FFB019963DADFBES2A1-00.htm>

Representantes do Poder Judiciário e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp) realizaram, no dia 19/9, visita técnica à Central das Garantias da Comarca de Belo Horizonte.

O objetivo do encontro foi promover alinhamentos institucionais para o cumprimento do juiz das garantias, especialmente no que se refere ao atendimento de pessoas custodiadas com sofrimento mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial.

PUBLICAÇÕES



Representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) realizaram, no dia (1º/10), inspeção ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) Jorge Vaz, em Barbacena, no Campos das Vertentes.

A visita técnica, organizada pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), integra os esforços da Corte mineira para a implementação da política antimanicomial no Estado, em cumprimento à Resolução nº 487/2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Durante a visita, a comitiva ouviu pacientes judiciários e realizou inspeção das instalações do estabelecimento prisional.

PUBLICAÇÕES

PAI-PJ apresenta avanços da política antimanicomial do TJMG

Desembargadora Márcia Milanez destacou pioneirismo e resultados da iniciativa

04/10/2025 - Atualizado em 04/10/2025

Número de Visualizações: 472



Debate reforçou a necessidade de pensar a reinserção do paciente judiciário a partir da sociabilidade (Crédito: Camila Soares / MPMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/pai-pj-apresenta-avancos-da-politica-antimanicomial-do-tjmg-8ACC821999A1ECB20199AF412EC77229-00.htm>

A desembargadora aposentada Márcia Maria Milanez, coordenadora-geral do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), participou, em 3/10, do 3º Seminário Itinerante da Turma XI do Curso de Especialização em Direito Sanitário da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), no Salão Vermelho do Ministério Público de Minas Gerais, na capital.

Durante sua apresentação, a desembargadora Márcia Milanez destacou os 25 anos de pioneirismo do PAI-PJ na interface entre justiça e saúde mental, além dos avanços alcançados com a implementação da política antimanicomial no estado.

PUBLICAÇÕES

Metodologia Apac se torna tema de curso de pós-graduação

Parceria da PUC Minas com a FBAC foi lançada em 6/10

06/10/2025 - Atualizado em 06/10/2025

Número de Visualizações: 351



O coordenador-geral do segmento Apac, desembargador Antônio Carlos Cruvinel (ao centro, de gravata branca), representou o TJMG no evento (Crédito: Lauro Emílio)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/metodologia-apac-se-torna-tema-de-curso-de-pos-graduacao.htm>

O coordenador-geral do segmento Apac do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Antônio Carlos Cruvinel, participou do lançamento do curso de especialização lato sensu “Apac: Teoria, Método e Disposições Legais”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em parceria com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) na Apac Masculina de Betim, em 6/10.

A especialização, oferecida na modalidade EAD (educação a distância), é voltada a profissionais do Direito, psicólogos, assistentes sociais, líderes comunitários, políticos ou religiosos com diploma em qualquer área do conhecimento e interessados em conhecer o sistema e difundir o método. A aula magna foi proferida pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), conselheiro Durval Ângelo.

PUBLICAÇÕES



Nos últimos dias, a Vara Infracional da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte concluiu mais um ciclo de audiências concentradas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A iniciativa foi conduzida pelo coordenador-executivo do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Juiz de Direito Afrânio José Fonseca Nardy.

Ocorrido nos Centros Socioeducativos (CSEs) São Jerônimo, Santa Clara e Lindeia, o ciclo teve o objetivo de assegurar o acompanhamento processual individualizado, promovendo o diálogo entre o Judiciário, as equipes técnicas das unidades, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e as famílias.

PUBLICAÇÕES



Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-se-reune-com-representantes-da-pbh-BACC821999C132940199CA5E5E3F4AE8-00.htm>

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou, na quarta-feira (8/10), reunião com representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

O objetivo foi fortalecer o diálogo interinstitucional e alinhar estratégias para o aprimoramento da execução das medidas socioeducativas em meio aberto na Capital mineira.

PUBLICAÇÕES

GMF realiza 1ª reunião sob coordenação da juíza Bárbara Nardy

Além da nova coordenação, Grupo recebeu cinco novos magistrados como integrantes efetivos

09/10/2025 - Atualizado em 10/10/2025

Número de Visualizações: 1068



A juíza Bárbara Nardy assumiu a coordenação-geral do GMF/TJMG após a convocação da juíza Solange de Borba Reimberg para o DMF/CNJ (Crédito: Cecilia Pederzoli / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-realiza-1-reuniao-sob-coordenacao-da-juiza-barbara-nardy-8ACC80D099C130720199CABF36D230CA-00.htm>

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou, nesta quinta-feira (9/10), uma reunião presencial de trabalho.

O objetivo foi tratar de pautas internas sobre temas relacionados aos eixos de atuação do Grupo: Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), Execução Penal e Sistema Socioeducativo.

Este foi o 1º encontro sob a condução da nova coordenadora do GMF/TJMG, a juíza da Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves, Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy.

PUBLICAÇÕES

Encontro das Apacs Femininas é aberto em Frutal

Evento trata do encarceramento feminino e terá compartilhamento de boas práticas

21/10/2025 - Atualizado em 21/10/2025

Número de Visualizações: 190



O Encontro das Apacs Femininas, iniciado nesta terça-feira (21/10) em Frutal, segue até quinta-feira (23/10) (Crédito: Divulgação / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/encontro-das-apacs-femininas-e-aberto-em-frutal.htm>

Reflexões sobre o encarceramento feminino e o compartilhamento de boas práticas estão entre os objetivos da edição de 2025 do Encontro das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) Femininas, iniciado nesta terça-feira (21/10) em Frutal, no Triângulo Mineiro.

O evento, realizado pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Fabc), segue até quinta-feira (23/10), e conta com a presença do coordenador executivo do eixo Apac no Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), juiz Consuelo Silveira Neto.

PUBLICAÇÕES

Webinário discute acolhimento familiar

Evento da Coinj fez parte da Semana da Proteção Integral da Infância e da Juventude

23/10/2025 - Atualizado em 23/10/2025

Número de Visualizações: 200



O processo de implantação do SFA no município de BH



- A iniciativa para implantar o SFA foi do órgão gestor da PAS (em consonância com a legislação vigente - Lei 12.010 de 2009).
- Importante destacar que é possível a implantação em municípios de diferentes portes.*
- Foi definido desde o início o modelo de gestão : execução através de parceria com as organizações da sociedade civil (MROSC- Lei 13.019/14) – Chamamento Público.
- A implantação envolveu o conjunto dos atores do SGD .



Webinário foi realizado na quarta-feira (22/10) pela Coinj do TJMG (Crédito : Divulgação/TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/webinario-discute-acolhimento-familiar-BACC82199A03B885019A11C646AE1264-00.htm>

“Acolhimento Familiar” foi tema do webinário promovido na quarta-feira (22/10) pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A atividade foi realizada em comemoração à Semana da Proteção Integral da Infância e da Juventude, instituída no TJMG pela Portaria Conjunta nº 1726/PR/2025.

Quatro palestras, que abordaram informações sobre fluxos administrativos; impasses jurídicos, práticos e éticos que permeiam a execução da política pública, foram ministradas durante a atividade on-line, que contou com mais de 460 pessoas simultaneamente.

Reunião debate segurança e ressocialização no Sistema Carcerário

Encontro do GMF/TJMG discutiu temas como monitoramento de organizações criminosas

13/11/2025 - Atualizado em 14/11/2025

Número de Visualizações: 175



Membros do GMF participaram de reunião ordinária nesta quinta-feira (13/11) (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/reuniao-debate-seguranca-e-ressocializacao-no-sistema-carcerario.htm>

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) debateu, nesta quinta-feira (13/11), medidas para ampliar a segurança do Sistema Prisional e garantir a ressocialização de pessoas em privação de liberdade.

PUBLICAÇÕES

Seminário debate Justiça Restaurativa

Evento da Ejef em parceria com a 3ª Vice-Presidência ocorreu na segunda-feira (24/11)

25/11/2025 - Atualizado em 25/11/2025

Número de Visualizações: 259



Mesa de honra do seminário "Justiça Restaurativa: Práticas, Saberes e Transformações" (Crédito: Juarez Rodrigues / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/seminario-debate-justica-restaurativa-8ACC80D09A99180D019ABC0D467D66C9-00.htm>

O evento, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) em parceria com a 3ª Vice-Presidência da Corte mineira, foi transmitido pelo canal oficial da Ejef no YouTube.

Ao defender a construção de uma cultura de paz, o presidente Corrêa Junior ressaltou que “buscar a restauração dos laços rompidos é se reconstruir. É levar às partes envolvidas naquele conflito um conforto maior do que a pena, que, na maioria das vezes, não consegue trazer, não consegue restaurar o tecido social que se viu esgarçado”.

PUBLICAÇÕES

Encontro destaca grupos de fiscalização do Sistema Carcerário

Magistrados do TJMG participaram, em Brasília (DF), de evento dedicado a pautas penais e socioeducativas

28/11/2025 - Atualizado em 28/11/2025

Número de Visualizações: 111



Magistrados do TJMG participaram do 4º Encontro Nacional dos GMFs em Brasília (Crédito: Divulgação / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/encontro-destaca-grupos-de-fiscalizacao-do-sistema-carcerario-8ACC80D09A99180D019ACC740D820D1D-00.htm>

Magistrados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) participaram do 4º Encontro Nacional dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (GMFs) e do 2º Encontro de Alta Gestão nas Políticas Penais, organizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília (DF).

O encontro dos GMFs, nos dias 25 e 26/11, ressaltou o fortalecimento dos grupos dedicados a pautas penais e socioeducativas em tribunais de todo o Brasil, além de discutir metas estratégicas e desdobramentos em âmbito local.

Nesta quinta-feira (27/11), o Encontro de Alta Gestão delineou estratégias de financiamento e de planejamento orçamentário voltadas à implementação do Plano Pena Justa, de âmbito nacional, assim como de planos estaduais.



O Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais se reuniu, de forma virtual, nesta terça-feira (2/12), para discutir adequações no Plano Estadual de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras (Plano Estadual Pena Justa).

PUBLICAÇÕES

GMF visita Unidades de Progressão do Paraná

Grupo conheceu modelo do Sistema Penitenciário paranaense focado na reintegração social

04/12/2025 - Atualizado em 04/12/2025

Número de Visualizações: 194



A comitiva de Minas Gerais esteve nas Unidades de Progressão do Paraná no dia 1º/12 (Crédito: Divulgação / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-visita-unidades-de-progressao-do-parana.htm>

Uma comitiva do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) visitou, no dia 1º/12, Unidades de Progressão do Sistema Penitenciário do Paraná.

O objetivo da visita foi conhecer, naquele estado, o modelo de trabalho desenvolvido com pessoas privadas de liberdade em regime fechado. Foram visitadas as Unidades de Progressão de Ponta Grossa (UPPG) e da Penitenciária Central do Estado (PCE-UP) – esta última, localizada em Piraquara.

PUBLICAÇÕES

TJMG realiza audiências concentradas em Sete Lagoas

Todos os 19 Centros Socioeducativos de Minas realizaram sessões dessa natureza em 2025

05/12/2025 - Atualizado em 05/12/2025

Número de Visualizações: 142



As sessões foram realizadas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Educativo de Sete Lagoas (Crédito: Divulgação / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-realiza-audiencias-concentradas-em-sete-lagoas-8ACC82199AEC53DE019AF02DD7477797-00.htm>

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou, nesta quinta-feira (4/12), pela 1ª vez, audiências concentradas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo de Sete Lagoas, na região Central do Estado.

A Comarca era a única sede de unidade de internação que ainda não havia recebido a ação, e sua inclusão marca um passo decisivo para o fortalecimento da política judiciária socioeducativa em Minas Gerais.

Com o ato na Comarca de Sete Lagoas, o Judiciário mineiro alcança, em 2025, 100% de cobertura das audiências concentradas nas unidades socioeducativas de internação do Estado.

TJMG é reconduzido à coordenação do programa "Descubra"

Em reunião, Comitê Gestor apresentou balanço das atividades deste ano

09/12/2025 - Atualizado em 11/12/2025

Número de Visualizações: 212



Programa "Descubra" contribuiu para o aumento da renda média das famílias de adolescentes contratados, segundo o balanço (Crédito: Victor Medeiros Volpini / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-e-reconduzido-a-coordenacao-do-programa-descubra-8ACC82199AEC53DE019B046ABDC962B1-00.htm>

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) foi reconduzido à coordenação do “Programa de Incentivo à Aprendizagem Profissional de Minas Gerais (Descubra)” durante reunião do Comitê Gestor da iniciativa, realizada no dia 5/12, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Na ocasião, foi também apresentada uma retrospectiva de ações do Programa em 2025.

Criado em 2019, o programa “Descubra” atua para articular e fortalecer a rede de apoio e proteção ao público em situação de vulnerabilidade social, por meio da inserção profissional no mercado de trabalho protegido, visando transformar vidas e promover o protagonismo cidadão de adolescentes e jovens entre 14 e 21 anos.

PUBLICAÇÕES



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), assinaram, nesta terça-feira (9/12), Termo de Cooperação Técnica com o Sistema de Justiça para o programa de desencarceramento responsável intitulado “O Horizonte da Execução Penal”.

A parceria é voltada ao atendimento da pessoa custodiada durante as audiências de custódia; à aplicação e ao monitoramento das alternativas penais, com ampliação do programa “Ceapa” (Central de Acompanhamento de Alternativas Penais de Minas Gerais); e à atenção às pessoas egressas e pré-egressas do Sistema Prisional, por meio das ações do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), com foco na redução da reincidência e no fortalecimento de trajetórias de liberdade.

PUBLICAÇÕES

GMF realiza última reunião ordinária de 2025

Entre os temas discutidos, destaque para a apresentação da Central de Processos Eletrônicos de Execução Penal

11/12/2025 - Atualizado em 11/12/2025

Número de Visualizações: 132



A última reunião ordinária do GMF/TJMG em 2025 tratou de vários temas e foi apresentada a proposta de criação da Central de Processos Eletrônicos de Execução Penal (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/gmf-realiza-ultima-reuniao-ordinaria-de-2025-BACC82199AEC53DE019B0ED0372C4839-00.htm>

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou, nesta quinta-feira (11/12), sua última reunião presencial de trabalho em 2025.

A pauta tratou de temas ligados aos eixos de trabalho de atuação do Grupo: Sistema Prisional, Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) e Sistema Socioeducativo.

PUBLICAÇÕES

Uberlândia recebe audiências concentradas para reavaliação de medidas socioeducativas

Iniciativa pioneira na Comarca fortalece acompanhamento individualizado de adolescentes

11/12/2025 - Atualizado em 11/12/2025

Número de Visualizações: 604



O juiz José Roberto Poiani (esq.) atuou no lançamento das audiências concentradas em Uberlândia (Crédito: Divulgação GMF / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/uberlandia-recebe-audiencias-concentradas-para-reavaliacao-de-medidas-socioeducativas-8ACC82199AEC53DE019B0F104429065F-00.htm>

A Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberlândia realizou, em 9/12, o primeiro ciclo de audiências concentradas para reavaliação de medidas socioeducativas em meio aberto, contemplando adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

As sessões marcam a implementação inédita da prática no município e foram conduzidas pelo juiz titular da Vara, José Roberto Poiani, que também é coordenador executivo da área Socioeducativa do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e integrante da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG.

PUBLICAÇÕES

Ressocialização: Apac de Pedra Azul reinaugura padaria

Projeto favorece a reinserção no mercado de trabalho a recuperandos

16/12/2025 - Atualizado em 16/12/2025

Número de Visualizações: 147



Juíza da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Pedra Azul, Nayra Karoline Guerino Biondo, durante o evento de reinauguração da padaria "Fermento da Justiça" (Crédito: TJMG / Divulgação)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/ressocializacao-apac-de-pedra-azul-reinaugura-padaria-8ACC82199B101A24019B285AEB6B6A6E-00.htm>

Um projeto que incentiva o trabalho e a qualificação profissional de pessoas privadas de liberdade acaba de ser reinaugurado em Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha: a padaria “Fermento da Justiça”, iniciativa desenvolvida pela diretoria da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) da Comarca.

PUBLICAÇÕES



A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), promoveu, nesta terça-feira (16/12), a última ação educacional do ano de 2025: o webinar “Cniups e Inspeções Judiciais de Programas Socioeducativos de Meio Aberto em Minas Gerais”.

A atividade, realizada em conjunto com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do TJMG, reuniu magistrados que atuam em Varas da Infância e da Juventude com competência infracional, servidores, colaboradores, coordenadores de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), equipes responsáveis pelo atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios e público externo.

O webinar contou com transmissão ao vivo pelo canal oficial da Ejef no YouTube. O objetivo foi capacitar os participantes para reconhecerem o papel das inspeções judiciais nos programas de atendimento socioeducativo de meio aberto e usarem o Cadastro Nacional de Inspeção de Unidades e Programas Socioeducativos (Cniups), fortalecendo a qualificação do Sistema Socioeducativo em Minas Gerais.

PUBLICAÇÕES

Comitê aprova texto final do Plano Estadual Pena Justa

Documento com metas a serem cumpridas no Estado será entregue ao Conselho Nacional de Justiça

18/12/2025 - Atualizado em 18/12/2025

Número de Visualizações: 149



Texto final do Plano Estadual Pena Justa foi aprovado na última reunião virtual do Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais (Crédito: Cecília Pederzoli / TJMG)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comite-aprova-texto-final-do-plano-estadual-pena-justa.htm>

O texto final do Plano Estadual de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras (Plano Estadual Pena Justa) foi aprovado pelo Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais, nesta quinta-feira (18/12), em reunião virtual.

PUBLICAÇÕES

Pai-PJ inicia cronograma de visitas a Centros de Referência em Saúde Mental de BH

Parceria fortalece Rede Psicossocial e Política Antimanicomial

19/12/2025 - Atualizado em 19/12/2025

Número de Visualizações: 386



A referência técnica de Saúde Mental da Regional Leste, Adriano de Sousa Gonçalves; a gerente do CERSAM Leste, Keliene de Oliveira; o coordenador-executivo do PAI-PJ e do CEIMPA-MG, juiz Afrânio Nardy; a coordenadora-técnica do PAI-PJ, Romina Gomes e o assistente de Direção Superior do GMF/PAI-PJ, Douglas Rosa. (Crédito: Divulgação)

Link da matéria: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/pai-pj-inicia-cronograma-de-visitas-a-centros-de-referencia-em-saude-mental-de-bh-BACC82199B101A24019B382F39EC27A0-00.htm>

O Núcleo Coordenador do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) iniciou, em dezembro, um cronograma de visitas institucionais aos Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMs) de Belo Horizonte.

A iniciativa tem como objetivo estreitar os laços entre o Poder Judiciário e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), promovendo uma atuação conjunta para o fortalecimento da Política Antimanicomial na capital mineira. As visitas integram uma estratégia de aproximação com os serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS), alinhada aos princípios da reforma psiquiátrica brasileira, estabelecidos pela Lei nº 10.216/2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório Anual consolida a atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 2025, demonstrando o esforço institucional voltado ao acompanhamento e ao aprimoramento das políticas judiciárias de execução penal e do sistema socioeducativo no Estado.

Os dados apresentados, extraídos de sistemas oficiais e registros administrativos, permitem uma leitura abrangente da realidade do sistema prisional e socioeducativo mineiro. Os resultados revelam avanços relevantes, mas também desafios persistentes, especialmente quanto à superlotação, à gestão de vagas, à efetividade das alternativas penais, ao monitoramento das medidas de segurança e à garantia de direitos de grupos vulneráveis, como mulheres gestantes e lactantes, pessoas com transtornos mentais e estrangeiros privados de liberdade.

O GMF atuou de forma estratégica e articulada ao longo do exercício, promovendo inspeções regulares, cooperação judicial, participação em grupos interinstitucionais e diálogo permanente com órgãos do sistema de justiça, do Poder Executivo e da sociedade civil. Merece destaque a participação ativa na construção e no acompanhamento do Plano Pena Justa – MG, marco relevante no enfrentamento das questões estruturais da política penal estadual.

As atividades desenvolvidas evidenciam o compromisso do GMF com uma atuação baseada em dados, na transparência administrativa e na observância dos parâmetros legais, constitucionais e humanitários que orientam a execução penal e o atendimento socioeducativo. A utilização sistemática de informações estatísticas e gerenciais constitui ferramenta essencial para subsidiar decisões, orientar políticas públicas e identificar prioridades de intervenção.

O relatório reafirma a relevância do papel institucional do GMF como instância de articulação, monitoramento e indução de boas práticas. O aprimoramento do sistema carcerário e socioeducativo demanda atuação contínua, integrada e colaborativa entre os diversos atores envolvidos. As informações aqui apresentadas constituem, assim, registro das ações realizadas em 2025 e instrumento de planejamento para o fortalecimento das políticas judiciárias nos exercícios futuros.

BELO HORIZONTE, 29 DE JANEIRO DE 2026.

DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS
SUPERVISOR DO GMF/TJMG

PÁGINA
101